



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISRAÇÃO E CONTROLADORIA

MYKELLE MENEZES COUTINHO DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PLANO FORTALEZA 2040

FORTALEZA

2018

MYKELLE MENEZES COUTINHO DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PLANO FORTALEZA 2040

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (PPAC/UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da Silva.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S697p Sousa, Mykelle Menezes Coutinho de.
Políticas públicas e sustentabilidade : estudo de caso do Plano Fortaleza 2040 / Mykelle Menezes
Coutinho de Sousa. – 2018.
102 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Aurio Lúcio Leocádio da Silva.
Coorientação: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.
1. Plano Fortaleza 2040. 2. Políticas públicas. 3. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 658

MYKELLE MENEZES COUTINHO DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PLANO FORTALEZA 2040

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (PPAC/UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão organizacional

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Áurio Lúcio Leocádio da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^o. Diego de Queiroz Machado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^o. José Sarto Freire Castelo
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A Deus.

Aos meus avós, Moisés e Gercina.

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus por, nos momentos de desânimo e cansaço desta difícil tarefa, nunca ter me deixado desistir.

A meus pais e avós, que desde criança me ensinaram o que é certo e errado; além de terem sido a peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou.

Ao professor Áurio Lúcio Leocádio da Silva, meu orientador, pela paciência, dedicação e ensinamentos para realizar com méritos este trabalho.

Aos professores, Diego de Queiroz Machado e José Sarto Freire Castelo, pelo tempo despendido e sugestões.

As amigas Aline Ribeiro e Érica Calíope pelas inúmeras ajudas que contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Por fim, aos amigos que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que construímos, em particular aqueles que estavam sempre ao meu lado, e também pelos momentos que passamos durante esse período. Sem vocês essa trajetória não teria sido tão prazerosa.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno AGRADECIMENTO.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. ” (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

A administração pública se utiliza de políticas para propiciar bem-estar à população. Nessa perspectiva, a gestão municipal de Fortaleza, localizada no estado do Ceará, elaborou um plano estratégico contendo as políticas públicas necessárias para melhorar o desenvolvimento da cidade. Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa é avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis. Os objetivos específicos são: classificar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 segundo as dimensões da sustentabilidade considerada por Sachs; relacionar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e investigar a percepção das pessoas que colaboraram com a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040 sobre o aspecto da sustentabilidade considerada por Sachs. Na revisão da literatura foram abordadas as temáticas de políticas públicas e de sustentabilidade com suas principais dimensões e indicadores, além das políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável e para o desenvolvimento do município de Fortaleza. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando-se de um estudo de caso do Plano Fortaleza 2040. Para análise das dimensões de sustentabilidade foi considerada a classificação proposta por Sachs (2009), para os indicadores de sustentabilidade foram observados os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis, desenvolvido em 2011, e para as entrevistas considerou-se pessoas que participaram da elaboração e do desenvolvimento do plano. Dessa forma, os resultados da pesquisa apontaram que as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 apresentam uma compatibilidade com as dimensões de sustentabilidade de Sachs e os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis. Além disso, foi possível constatar nas entrevistas palavras e trechos que também remetem à sustentabilidade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Sustentabilidade. Plano Fortaleza 2040.

ABSTRACT

The public service makes use of policies to provide welfare to the population. From this point of view, the municipal management of Fortaleza, located in the state of Ceará, developed a strategic plan containing the public policies needed to improve the development of the city. Therefore, the overall goal of this research is to evaluate the public policies of the Fortaleza 2040 Plan from sustainable indicators and dimensions. The specific purposes are: to classify the public policies of the Fortaleza Plan 2040 according to the sustainability dimensions considered by Sachs; to relate the public policies of the Fortaleza 2040 Plan to the indicators of the Sustainable Cities Program and to investigate the perception of the people who cooperated in the elaboration and development of the public policies of each route of the Fortaleza 2040 Plan on the sustainability aspect. In the literature review were discussed the issues of public policy and sustainability with its main dimensions and indicators, in addition to public policies for sustainable urban development and the development of the city of Fortaleza. The research is qualitative in nature, using a case study of the Fortaleza 2040 plan. For this analysis of the sustainability dimensions were considered the classification proposed by Sachs (2009), for the sustainability indicators were considered the Sustainable Cities Program indicators, developed in 2011, and the interviews considered people who participated in the drafting and development of the plan. The research results showed that the public policies of Fortaleza 2040 Plan have a compatibility with the dimensions of sustainability by Sachs and the Sustainable Cities Program indicators. In addition, it was observed in the interviews words and excerpts that also refer to sustainability.

Keywords: Public policies. Sustainability. Fortaleza 2040 Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sustentabilidade e as suas dimensões	25
Figura 2 – Pilares da Política Ambiental de Fortaleza	35
Figura 3 – Relação entre o Plano Fortaleza 2040 e as dimensões da sustentabilidade de Sachs	52
Figura 4 - Relação entre o Plano Fortaleza 2040 e os eixos da sustentabilidade do PCS	68
Figura 5 – Relação entre as entrevistas e as dimensões da sustentabilidade de Sachs	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade de acordo com Sachs	26
Quadro 2 – Síntese do Programa Cidades Sustentáveis	30
Quadro 3 – Síntese do Plano Fortaleza 2040	37
Quadro 4 – Perfil dos entrevistados para cada eixo do Plano Fortaleza 2040	42
Quadro 5 – Análise do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	45
Quadro 6 – Análise do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	45
Quadro 7 – Análise do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	46
Quadro 8 – Análise do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	47
Quadro 9 – Análise do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	48
Quadro 10 – Análise do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	48
Quadro 11 – Análise do eixo Governança Municipal a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	49
Quadro 12 – Síntese das relações entre os eixos do Plano Fortaleza 2040 e as dimensões da sustentabilidade de Sachs	50
Quadro 13 – Análise do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	54
Quadro 14 – Análise do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	56
Quadro 15 – Análise do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	57
Quadro 16 – Análise do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	60
Quadro 17 – Análise do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	61

Quadro 18 – Análise do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	62
Quadro 19 – Análise do eixo Governança Municipal a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	63
Quadro 20 – Síntese das relações entre os eixos do Plano Fortaleza 2040 e os eixos do Programa Cidades Sustentáveis.....	64
Quadro 21 – Políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 não alocadas nos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis	65
Quadro 22 – Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis não alocados no Plano Fortaleza 2040	66
Quadro 23 – Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis não alocados no Plano Fortaleza 2040 e a política pública sugerida	70
Quadro 24 – Análise das entrevistas do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	73
Quadro 25 – Análise das entrevistas do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	74
Quadro 26 – Análise das entrevistas do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	75
Quadro 27 – Análise das entrevistas do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	76
Quadro 28 – Análise das entrevistas do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	78
Quadro 29 – Análise das entrevistas do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	80
Quadro 30 – Análise das entrevistas do eixo Governança municipal a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs	81
Quadro 31 – Síntese do resultado das entrevistas dos eixos do Plano Fortaleza 2040 com as dimensões da sustentabilidade de Sachs	82
Quadro 32 – Trechos das entrevistas não relacionadas as dimensões da sustentabilidade de Sachs	82
Quadro 33 – Trechos das entrevistas não relacionadas as dimensões da sustentabilidade de Sachs e a dimensão sugerida	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização da pesquisa	14
1.2	Problema e objetivos da pesquisa	16
1.3	Justificativa do estudo	17
1.4	Estrutura geral da pesquisa	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	Políticas públicas	19
2.2	Sustentabilidade	21
<i>2.2.1</i>	<i>Dimensões de sustentabilidade</i>	<i>24</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Indicadores de sustentabilidade</i>	<i>27</i>
2.3	Políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável	31
2.4	Políticas públicas para o desenvolvimento do município de Fortaleza	34
3	METODOLOGIA	39
3.1	Delineamento da pesquisa	39
3.2	Procedimentos técnicos da pesquisa	39
3.3	Coleta de dados	41
3.4	Análise de dados	42
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
4.1	Políticas públicas sobre as dimensões da sustentabilidade	44
<i>4.1.1</i>	<i>Discussão das políticas públicas sobre as dimensões da sustentabilidade</i>	<i>51</i>
4.2	Políticas públicas sobre os indicadores da sustentabilidade	54
<i>4.2.1</i>	<i>Discussão das políticas públicas sobre os indicadores da sustentabilidade do PCS</i>	<i>67</i>
4.3	Políticas públicas sobre o aspecto da sustentabilidade	72
<i>4.3.1</i>	<i>Discussão das políticas públicas sobre o aspecto da sustentabilidade</i>	<i>83</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5.1	Conclusões	88
5.2	Contribuições do estudo	90
5.3	Limitações do estudo	91
5.4	Sugestões para pesquisas futuras	91
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO	99

APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA.....	101
----------------------------------------------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo é apresentada a contextualização da pesquisa, que explica o tema com um enfoque geral, além de abordar o problema e objetivos da pesquisa, a justificativa que apresenta apoio ao estudo e a estrutura geral do trabalho.

1.1 Contextualização da pesquisa

Na conjuntura da administração pública, o Estado se utiliza de instrumentos para propiciar bem-estar à população. Esses instrumentos, denominados políticas públicas, auxiliam as ações governamentais para enfrentar os problemas públicos, buscando conduzir as ações do governo e/ou analisar essas ações e, se necessário, propor alterações (LYNN, 1980; SOUZA, 2006).

Paludo (2013, p. 390) define política pública como um “conjunto de meios, decisões e ações, que congregam diferentes atores e concentram esforços, utilizados pelos governos com vistas a [...] atender necessidades público-sociais”.

A esse respeito, Sjöblom (1984) explica que para identificar se um problema precisa ou não de uma política pública, deve-se analisar se esse problema atingiu uma quantidade apreciável de pessoas e se ele ajuda a nortear um conjunto de causas, obstáculos e soluções.

Seja na área federal, estadual ou municipal, é imperioso que os gestores desenvolvam um plano apresentando os problemas recorrentes, além das etapas a serem seguidas para haver possíveis soluções, ou seja, devem fazer um planejamento sobre as necessidades encontradas na sociedade para elaborar as políticas públicas (FRANCO, 2000; SIQUEIRA; LIMA, 2012).

Tal planejamento se faz ainda mais necessário em decorrência das mudanças de paradigmas na questão das políticas públicas quando relacionada a sustentabilidade. Esse termo passou a embasar a elaboração de projetos e programas governamentais, no qual Elkington (2001, p. 20), a conceitua como um “princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”.

Werbach (2010) estabelece que a sustentabilidade é constituída por quatro dimensões, a saber: social, econômica, ambiental e cultural. Já Pawlowski (2008) classifica de

forma mais detalhada em sete dimensões: ecológica, social, moral, econômica, legal, técnica e política.

Sachs (2009) aperfeiçoa o conceito de Elkington (2001) ao afirmar que a sustentabilidade possui um conceito mais amplo e que deve levar em consideração a simultaneidade de oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Na área de desenvolvimento sustentável, as políticas públicas no Brasil ganharam um espaço nas discussões acadêmicas, nos discursos políticos e na mídia, em geral, envolvendo os mais variados setores da sociedade, que passaram a interagir com as instâncias do poder público na busca de um entendimento sobre a melhor forma de promover o desenvolvimento sustentável das cidades e regiões do país, tendo em vista as suas especificidades, carências e peculiaridades (ABRAMOVAY, 2010; FRANCO, 2000).

Para Moretto *et al.* (2008, p. 4), o desenvolvimento sustentável, mais do que a valorização da questão ambiental, “implica a expansão e a reparação de desigualdades geradas, a criação de ações que permitam diminuir os históricos abismos da civilização, como aqueles observados entre o centro e a periferia”.

Promover o desenvolvimento urbano sustentável é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos gestores governamentais. Entretanto, essa tarefa vem sendo proposta por algumas gestões locais de forma planejada, por meio de planejamentos para o desenvolvimento de curto, médio e longo prazos (SIQUEIRA; LIMA, 2012).

Assim, uma das formas para mensurar o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros é denominado de Programa Cidades Sustentáveis (PCS), composto por diversos indicadores, divididos por eixos, que servem de auxílio aos gestores na administração municipal (BRASIL, 2017).

Gerir uma cidade exige do gestor firmeza de propósito para enfrentar os desafios, o que só se torna possível com o amparo dos instrumentos legais que regem a administração pública municipal.

Na área municipal, a gestão pública foi fortalecida com a edição da Constituição Federal de 1988, que agregou ao plano diretor dos municípios, estabelecido via Lei Orgânica, a responsabilidade de formatar a sua política urbana, porém mediada pelo governo municipal, em virtude de este ser o responsável por regular e promover o desenvolvimento da cidade (ACCIOLY, 2009).

Nesse contexto, cita-se a gestão municipal de Fortaleza, localizada no estado do Ceará, que elaborou um plano estratégico de desenvolvimento para a cidade sobre como

deveria agir junto a um público numeroso e diversificado, haja vista que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fortaleza possui 2.609.716 habitantes, sendo considerada a 5ª capital mais populosa do país, o que evidenciou alguns problemas de mobilidade e desigualdades sociais e econômicas (IBGE, 2016).

1.2 Problema e objetivos da pesquisa

Com o propósito de aprofundar a relação entre política pública e sustentabilidade, busca-se informações com respostas para o seguinte questionamento: Dentre as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, quais são consideradas sustentáveis a partir de dimensões e indicadores sustentáveis?

Para responder este questionamento, foi imprescindível um embasamento teórico sobre políticas públicas e sustentabilidade, além de verificar a relação entre cada um destes no plano estratégico de Fortaleza, uma vez que o objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis.

Para o alcance do objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Classificar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 segundo as dimensões da sustentabilidade considerada por Sachs;
- b) Relacionar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis;
- c) Investigar a percepção das pessoas que colaboraram com a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040 sobre o aspecto da sustentabilidade considerada por Sachs.

Levando em conta a harmonização das políticas públicas e de ações associadas à prática da cidadania (SACHS, 1995), o pressuposto desse estudo é que as políticas públicas para o desenvolvimento urbano na cidade de Fortaleza considerem os aspectos legais que as preconizam para promover a sustentabilidade. Destarte, para equilibrar esse desenvolvimento, são imprescindíveis políticas sociais e ações de educação ambiental junto à população, de modo que esta venha a tomar consciência da importância do seu papel na construção do desenvolvimento econômico sustentável para a cidade (PEREIRA, 2014; SACHS, 1995).

1.3 Justificativa do estudo

No Brasil, após a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Rio-92” ou “Cúpula da Terra”, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, as bases e princípios para que os países pudessem atingir níveis de desenvolvimento sustentável foram estabelecidas na Agenda 21 (FRANCO, 2000).

Desde então, pesquisadores vêm se dedicando sobre a temática das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, buscando compreender seus fundamentos e como podem ser operacionalizadas na prática, particularmente nas gestões municipais das grandes cidades, como as capitais de estados, a exemplo da capital cearense, cuja administração atual vem elegendo políticas públicas em consonância com os parâmetros de desenvolvimento urbano sustentável (SIQUEIRA; LIMA, 2012; SOUZA, 2004).

A administração sustentável de grandes centros urbanos requer dos gestores dentre outras competências e habilidades, um grande conhecimento acerca do espaço físico e geográfico da cidade que vai administrar, entendendo-a “como uma obra coletiva composta por espaços arquitetados que desafiam a natureza para atenderem a desejos e necessidades dos seus habitantes” (ROLNIK, 1988, p. 8).

Para viabilizar um planejamento urbano sustentável de uma capital é importante considerar a complexidade de seus problemas estruturais e conjunturais para propor políticas públicas que se adequem à sua realidade, como descreve Accioly (2009) ao desenhar a cidade de Fortaleza, apresentando-a como uma grande aglomeração urbana da região nordeste do Brasil que se encontra inserida em um cenário político, econômico e cultural marcado por contradições. De um lado encontra-se a cidade da modernidade, com uma economia que se destaca no contexto nacional, que abriga edificações de luxo em ambientes restritos a um público de maior poder aquisitivo. Do outro, está a cidade da informalidade, que representa a força da economia de recursos mínimos para sobrevivência, com características específicas, ocupando os espaços urbanos, notadamente da periferia e áreas de risco (ACCIOLY, 2009).

A participação dos cidadãos e das organizações sociais na formulação de políticas públicas, segundo Milani (2008), é de suma importância, primeiro porque pode propiciar um avanço significativo na qualidade dos serviços públicos, desenvolvendo a eficiência e evitando desperdícios de recursos públicos; segundo, por priorizar bens públicos futuros e, por último, pela capacidade de “politizar as relações sociais no processo de constituição de espaços públicos para a formulação de políticas públicas locais” (MILANI, 2008, p. 559).

Desta forma, espera-se que a avaliação das políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, a partir das dimensões de sustentabilidade desenvolvidas por Sachs, um dos teóricos mais referendados no tocante à temática da sustentabilidade, e sob a ótica do Programa Cidade Sustentável, programa de importância para os gestores, conduzindo-os a ações sustentáveis nos municípios, possa elucidar os anseios, propósitos e compromissos que permeiam uma gestão municipal pautada no paradigma da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, incentivar os acadêmicos e pesquisadores das temáticas políticas públicas ou sustentabilidade a se engajarem sobre o Plano Fortaleza 2040 concentrando outras abordagens.

1.4 Estrutura geral da pesquisa

O trabalho divide-se em cinco capítulos, onde o primeiro refere-se à introdução que se subdivide na contextualização da pesquisa, que explana uma abordagem geral acerca do tema, o problema e objetivos da pesquisa, a justificativa que apresenta apoio ao estudo e a estrutura geral do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão da literatura da pesquisa, que contempla a estrutura teórica, abordando políticas públicas, sustentabilidade e principais dimensões e indicadores, políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável e políticas públicas para o desenvolvimento do município de Fortaleza.

A metodologia do trabalho é abordada no terceiro capítulo, onde ocorrem o delineamento, os procedimentos técnicos da pesquisa, a coleta de dados e a análise de dados da pesquisa, descrevendo também a forma como as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas.

O quarto capítulo explana a análise dos resultados do estudo, discorrendo a relação feita das políticas públicas que compõe o Plano Fortaleza 2040 sobre as dimensões e indicadores de sustentabilidade, além dos aspectos relevantes referentes à sustentabilidade obtidos nas entrevistas semiestruturadas.

A conclusão compõe o quinto e último capítulo, onde serão apresentados os principais resultados da pesquisa, além de expor as contribuições e limitações da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordadas algumas ideias de políticas públicas e sustentabilidade com suas principais dimensões e indicadores. Do mesmo modo também são explanadas as políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável e as políticas públicas para o desenvolvimento do município de Fortaleza.

2.1 Políticas públicas

A construção de um modelo de vida em sociedade implica em respeito à diversidade, pois é a partir das diferenças que singularizam os sujeitos sociais que se constroem os ideais de cooperação pelo bem comum, integrando objetivos individuais aos da coletividade. Mas a diversidade, por sua natureza complexa, também possibilita o surgimento de situações de conflitos de ideias e concepções que podem impactar negativa ou positivamente as relações sociais, sobretudo quando são potencializadas por atitudes competitivas entre indivíduos e grupos, na luta pelo seu espaço no tecido social (RUA, 2009).

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma sociedade que se pretenda justa e democrática não poderá prescindir da capacidade de integrar diferenças a fim de poder administrar os possíveis conflitos que delas advenham. Tal fato será possível por meio do estabelecimento de regras e normas de convivência em coletividade, a fim de que os indivíduos “reconheçam reciprocamente suas limitações nas reivindicações das suas exigências” (SCHMITTER, 1984, p. 36).

Para tanto se faz necessária uma articulação entre os atores sociais, mobilizando os gestores governamentais, as instituições públicas, os parlamentares e a sociedade civil, de modo geral, em torno do estabelecimento de mecanismos de controle das condutas e dos comportamentos quanto às relações sociais entre os cidadãos e entre estes e a coisa pública, representada por seus agentes nas esferas públicas do poder, seja no executivo, legislativo ou judiciário (SCHOMMER; MORAES, 2010).

Nesse aspecto, cabe à política a função de propor e elaborar um conjunto de procedimentos que visem à resolução pacífica de conflitos, à defesa de direitos pleiteados por indivíduos e grupos e ao estabelecimento de deveres para com a manutenção e defesa dos bens e da ordem pública, privilegiando o equilíbrio entre as forças de poder articuladas, de modo a atender às necessidades e interesses dos atores sociais envolvidos no processo (RUA, 1998).

Tendo em vista a viabilização desse processo negocial, que exige uma postura firme na tomada de decisões, as quais irão se efetivar através de ações estrategicamente pensadas, é que se propõem as políticas públicas, na qual a forma de elaboração, implementação e avaliação tornou-se uma ferramenta indispensável para os gestores (SOUZA, 2006).

Nesse entendimento, Teixeira (2002, p. 2) explicita a concepção de políticas públicas como sendo aquela que se constitui em um conjunto de “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Esse conceito se concretiza com o apoio da sociedade civil através da formulação e sistematização de documentos legais que englobam desde leis, projetos, planos de ação e programas governamentais, até a tipificação dos meios pelos quais se angariarão recursos públicos, materiais e humanos, para implementação das políticas públicas nos variados contextos e setores sociais, tendo em vista a conquista de benefícios que venham melhorar a qualidade de vida da população e propiciar, também, o desenvolvimento local (TEIXEIRA, 2009).

No que se refere às políticas de desenvolvimento urbano, no Brasil, conforme Ribeiro e Cardoso (2003), estas se caracterizam:

- a) pela elasticidade dos prazos estipulados, sobretudo, para obtenção de resultados;
- b) o reconhecimento da qualidade técnica e fiscal dos entes federados envolvidos;
- c) a distribuição desigual dos recursos;
- d) a possibilidade de desistências das partes, diante de compromissos firmados, em grande parte pela divergência de interesses econômicos envolvidos, sobretudo no que se refere à política de investimentos urbanos.

Porém, quando se trata da consecução de políticas públicas que objetivem a mediação entre interesses privados e aqueles de natureza assistencial, relativos às políticas de distribuição de renda, habitação, saúde, controle territorial urbano, entre outros afins, as possibilidades de êxito nas articulações entre os atores sociais envolvidos são significativamente maiores no contexto das políticas territoriais ou locais, como as implementadas pelos municípios (KOGA, 2002; RIBEIRO, SANTOS JÚNIOR, 2007; SPOSATI, 2006).

Enquanto processo dinâmico de negociação, para Teixeira (2002), as políticas públicas, sejam na esfera federal, estadual ou municipal, devem ser elaboradas com o apoio e participação da sociedade, segundo alguns critérios, como:

- a) partir da realização de um diagnóstico estratégico, com o objetivo de poder identificar desafios e potenciais obstáculos à sua plena e exitosa execução;
- b) buscar identificar experiências anteriores para que se possa ter como referencial para análise de resultados futuros, evitando, assim, o desperdício de recursos públicos;
- c) procurar promover o debate público, mobilizando a atenção da população em torno da proposição de alternativas mais viáveis e exequíveis para atender às necessidades e interesses sociais, levando em consideração o aporte de recursos financeiros públicos;
- d) definir cronogramas factíveis;
- e) estabelecer diretrizes e detalhar estratégias de execução;
- f) selecionar o modelo de controle, monitoramento e avaliação a ser adotado para análise dos resultados.

Na realidade das cidades brasileiras, esse tem se constituído até hoje em um dos desafios enfrentados, particularmente, pelos gestores municipais dos grandes centros urbanos, onde o crescimento populacional tem sido acompanhado de um desordenamento do espaço urbano, agravando ainda mais a crise social, que tem se caracterizado pelos alarmantes índices de crescimento da violência, miséria, desemprego e favelização (TEIXEIRA, 2009).

Esses graves problemas repercutem na qualidade de vida da população, pois ampliam ainda mais as carências identificadas na prestação de serviços públicos de assistência à saúde, educação, segurança, sistemas de transporte públicos, captação e fornecimento de água, limpeza urbana, saneamento, entre outros (FERREIRA, 2000).

2.2 Sustentabilidade

A abrangência do conceito de sustentabilidade é complexa em virtude das várias abordagens a que o conceito está sujeito na ótica de pesquisadores (KATO, 2008).

A sustentabilidade pode ser entendida como algo que produz benefícios ao ser associada a efeitos sociais desejáveis e a uma nova ordem economicamente eficiente (ACSELRAD, 1999; ROGERS, 2001; SCHWEIGERT, 2007).

No entanto, as definições de sustentabilidade geralmente se fundamentam na agregação de perspectivas de viabilidade econômica, justiça social e ponderação ecológica (ALMEIDA, 2002; MOURA, 2002).

Segundo Debali (2009), a década de 1960 foi marcada pelo início das primeiras manifestações internacionais de conferências, organizações e formulação de documentos relacionados às preocupações ambientais. Para Silva (2009) o interesse pela sustentabilidade ocorreu por volta de 1980, período no qual os países começaram a buscar maneiras de aliar crescimento com a proteção do meio ambiente.

O primeiro evento internacional aconteceu em 1968 com a criação do Clube de Roma, o qual buscou soluções para problemas que ameaçavam o equilíbrio do ecossistema da Terra em razão de pressões demográficas crescentes (FRANCO, 2000).

Em 1972 foi sediada na capital da Suécia a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, também chamada “Conferência de Estocolmo”. Como contribuição, a conferência conduziu à elaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e seu tema principal foi a preocupação com o crescimento populacional, sua relação com o processo de urbanização e envolvimento de tecnologia na industrialização (BELLEN, 2005).

Em 1974, a Declaração de Cocoyok relacionou desenvolvimento com meio ambiente através da abordagem de bem-estar do indivíduo vinculado ao nível de consumo per capita, este e outros temas da declaração foram discutidos, em 1975, pelo Relatório Dag-Hammarskjöld (BRUSEKE, 1995).

Em 1987, o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi apresentado pela primeira vez na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) após discussões geradas pelo Relatório Brudtland, também denominado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum). Ele foi definido como “[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9).

A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como “Rio-92” ou “Cúpula da Terra”, foi sediada, em 1992, no Rio de Janeiro e nela foi apresentada a “Declaração do Rio” ou “Agenda 21” com bases e princípios para atingir o desenvolvimento sustentável em nível mundial (FRANCO, 2000).

Também nessa conferência foi criado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que desenvolve uma relação entre as

políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade, com foco em técnicas participativas para a melhora do meio ambiente e qualidade de vida (JACOBI, 2003).

Para Crespo (1998), a Agenda 21 propõe valores que deverão compor uma formação educacional voltada para a sustentabilidade, tais como: cooperação, igualdade de direitos dos grupos vulneráveis socialmente, democracia e participação e a sustentabilidade como ética.

Em 2002, ocorreu em Johannesburgo a “Rio+10” com o propósito de entender e implantar determinados objetivos que foram definidos na conferência anterior, mas que não haviam sido implantados até então (LAGO, 2009).

Após a renovação do comprometimento dos países com o desenvolvimento sustentável na “Rio+20”, em 2012, foram aprovados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Agenda 2030 com a finalidade de direcionar, regional e localmente, as políticas e ações públicas nacionais (BRASIL, 2016).

Os temas sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram assimilados não só pelos países, como também pelas organizações, que passaram a se pautar no conceito do Tripé da Sustentabilidade, desenvolvido por Elkington, para comunicar o seu desempenho econômico, ambiental e social (ISENMANN; BEY; WELTER, 2007).

Segundo Karkotli e Aragão (2004), as empresas mudaram da visão tradicional da administração associada à níveis de produtividade para uma visão que inclui a importância de aspectos ambientais, sociais e éticos.

Uma empresa sustentável busca proteger o meio ambiente e melhorar a vida daqueles com quem mantêm relações, sem deixar de gerar lucro para seus acionistas (SAVITZ; WEBER, 2007). Tachizawa e Andrade (2008) afirmam que a sustentabilidade se tornou um componente estratégico das empresas, agindo sobre suas cadeias produtivas e estratégias de negócios.

Nessa perspectiva, o Instituto Ethos (2013) chama de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) a visão abrangente, por parte das organizações, dos aspectos sociais, econômicos e ambientais que permeiam suas decisões estratégicas e operacionais.

As organizações privadas perseguem estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como as públicas, por meio de políticas governamentais (ABRAMOVAY, 2010). No Brasil, tendo em vista a importância da sustentabilidade no âmbito governamental, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como forma de incentivar os órgãos públicos a aderir critérios de gestão socioambiental (MMA, 2009).

Percebe-se que o termo sustentabilidade atinge níveis mundiais e locais em empresas públicas e privadas comprovando a importância de aplicá-la na forma econômica, ambiental e social.

2.2.1 Dimensões de sustentabilidade

A sustentabilidade ao ser estudada a partir das dimensões é classificada em diferentes tipos, porém esses tipos não devem ser separados, como afirma Fialho *et al.* (2008, p. 106) que “apesar de apresentarem similaridades nas áreas prioritárias identificadas, são interdependentes, ou seja, não é possível isolá-las”.

Ramires (2015, p. 7) enfatiza que “para que as políticas públicas possam promover o desenvolvimento sustentável é preciso a integração das várias dimensões do seu processo decisório, considerando que não há uma expressão única para sua definição”.

Elkington (1999) desenvolveu uma das mais conhecidas classificações sobre as dimensões da sustentabilidade: *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade, também conhecido por 3P (People, Planet, Profit) ou traduzindo para o português, PPL (Pessoas, Planeta, Lucro), que aborda as três dimensões principais do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social.

A dimensão social é constituída pelas pessoas e refere-se à abordagem do capital humano de uma empresa ou sociedade a partir de salários justos e cumprimento da legislação trabalhista, além do bem-estar dos funcionários; a dimensão ambiental representa o planeta e aborda o capital natural de uma empresa ou sociedade com o intuito de amenizar e compensar os impactos ambientais causados considerando a legislação ambiental e a dimensão econômica representa o lucro e deve considerar os outros dois aspectos (ELKINGTON, 2001).

Carvalho e Viana (1998) afirmam que essas três dimensões do *Triple Bottom Line* são equilibradas pelo desenvolvimento sustentável, pois este apresenta três dimensões principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

A interação entre essas três dimensões resulta na interseção formada dois a dois entre si de três aspectos possíveis: vivível, viável e justo. Nessa lógica, o alcance da sustentabilidade acontece quando os três aspectos ocorrem juntos, assegurando, dessa forma, o atendimento das dimensões econômica, social e ambiental sem desprezar uma dimensão em prol de outra (ALLEDI FILHO, 2003), conforme a Figura 1:

Figura 1 – Sustentabilidade e as suas dimensões



Fonte: Alledi Filho (2003)

Para Werbach (2010), a sustentabilidade é constituída por quatro dimensões ao invés das três apresentadas por Elkington (1999), acrescentando a dimensão cultural ao *Triple Bottom Line*, a saber: a cultural, cujas ações protegem e valorizam a diversidade cultural; a econômica, constituída por ações lucrativas que satisfazem as necessidades de pessoas e empresas sem comprometer a geração futura; a social, composta por ações que levam em consideração as outras pessoas; e a ambiental, que são ações que protegem e reestabelecem o ecossistema.

Pawlowski (2008) propõe sete dimensões: ecológica, social, moral, econômica, legal, técnica e política. A ecológica se relaciona com a preservação da natureza, incluindo as áreas habitadas por pessoas; a social é constituída por costumes, tradições, cultura, espiritualidade, relações interpessoais e homem com natureza; na moral existe um imperativo ético devido à degradação da natureza e os questionamentos para a sobrevivência da humanidade; a econômica e a legal atuam em conjunto através de legislações com atividades econômicas a partir de uma política de proteção ao meio ambiente; a técnica cria ferramentas tecnológicas de forma a diminuir os impactos ambientais; a política regula as ações de proteção ambiental.

Sachs (2009) classifica a sustentabilidade de forma mais detalhada ao ser dividida em oito dimensões, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade de acordo com Sachs

Social (1)	Refere-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural (2)	Refere-se às mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
Ecológica (3)	Refere-se à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e limitação ao uso dos recursos não renováveis.
Ambiental (4)	Refere-se a respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial (5)	Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica (6)	Refere-se ao desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
Política (Nacional) (7)	Refere-se a democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
Política (Internacional) (8)	Refere-se na promoção da cooperação internacional; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade e sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional.

Fonte: Sachs (2009)

Estas dimensões propostas por Sachs mostram a sustentabilidade abordando diversas áreas a partir de uma visão holística, como a política nacional onde o Estado deve implantar ações sustentáveis e a política internacional que mostra como a sustentabilidade não pode ser restrita apenas ao Estado, mas sim ao contexto internacional.

Ao propor a multidimensionalidade do tema sustentabilidade, classificando-a em oito dimensões, e ao constatar a complexidade de trabalhar com todas de uma única vez, Sachs tornou-se o teórico de maior destaque na área (DUARTE, 2013).

Constata-se então que nas classificações das dimensões de sustentabilidade apresentada pelos autores citados, utilizam-se bastante das dimensões econômica, social e ambiental, acrescentando outras a partir de diversos critérios, não existindo um consenso.

2.2.2 Indicadores de sustentabilidade

Um indicador de sustentabilidade funciona como uma orientação, pois procura informar à população não apenas o seu desenvolvimento, como também sobre as tendências e riscos associados a ele (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). Seu objetivo é expor se um determinado sistema, ao passar por um processo de desenvolvimento, de fato está direcionado ou não para a sustentabilidade de acordo com o previsto (MOURA, 2002).

A partir do ano de 2009, os indicadores de sustentabilidade passaram a levar em consideração as recomendações do Relatório da Comissão para a Medição do Desempenho Econômico e do Progresso Social (CMEPSP), criado por Stiglitz, Sen e Fitoussi, que esclarece como medir o desempenho econômico, a qualidade de vida (ou bem-estar), e a sustentabilidade do desenvolvimento (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

Os indicadores de sustentabilidade reúnem e integram inúmeras variáveis, articulando-as de modo a comporem um panorama geral dos principais aspectos que caracterizam uma determinada região ou localidade, seu contingente populacional, economia, sistemas de saúde e educação, emprego e renda, mas tendo como foco a qualificação do espaço físico e as condições ambientais que a envolvem, incluindo as variadas formas de ocupação e manejo do solo, seja por espaços agricultáveis, habitações, instalações públicas e privadas ou infraestrutura das cidades e outros espaços públicos (MARTINS; CÂNDIDO, 2011).

Mensurar a sustentabilidade se tornou ainda mais necessário pelo fato das empresas passarem a adotar práticas sustentáveis como fonte de vantagem competitiva. Dessa forma, dentre os diversos indicadores encontrados na bibliografia existente, (BELLEN, 2005; VEIGA, 2009) são apresentados:

O Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS), criado para medir o grau de desenvolvimento sustentável atingido pelo país, nos estados da federação e nos municípios, elaborado pelo IBGE, a partir do documento *Indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologias* (livro azul), publicado em 1996 pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (*Commission on Sustainable Development - CSD*), da Organização das Nações Unidas, e por suas orientações e diretrizes posteriormente recomendadas no ano de 2000, referentes aos 57 indicadores estabelecidos. Destes, foram adaptados 50 indicadores voltados para unidades da federação brasileira, organizados em quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional (IBGE, 2002).

A edição do IDS de 2002 apresentou discussões mais aprofundadas sobre o tema da sustentabilidade na formulação de políticas públicas no Brasil, promovendo debate acerca da classificação e forma de abordagem dos indicadores selecionados para avaliar os índices de desenvolvimento sustentável no país (IBGE, 2002).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, reunindo a média de três importantes indicadores: Longevidade (Esperança de Vida ao Nascer); Educação (apresenta a média dos anos escolares e a expectativa desses anos) e Renda (que envolve o Produto Interno Bruto). De fácil compreensão e por ser holístico ao mensurar o desenvolvimento, tem grande repercussão mundial (BRASIL, 2013).

O Índice de Progresso Genuíno (IPG) foi desenvolvido com base em um indicador mais antigo, criado por Daly e Cobb (1989), o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável. O IPG, também considerado PIB VERDE, leva em consideração o consumo das famílias e entende que os gastos do governo são apenas defensivos. É medido anualmente, sendo compatível com a abordagem de pilares do desenvolvimento sustentável, ao avaliar ao mesmo tempo variáveis econômicas, sociais e ambientais (GODOI; ANDRADE, 2013).

A Matriz Territorial de Sustentabilidade proposta em 1998, através de estudo publicado pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL) e *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social* (ILPES), procura integrar os conceitos de desenvolvimento territorial e sustentável, compreendendo a sustentabilidade territorial como resultante da influência de cinco dimensões inter-relacionadas e descritas através da sigla POETA: População (tamanho, composição, densidade, dinâmica demográfica); Organização social (padrões de produção, estratificação social, padrão de resolução de conflitos); Entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais); Tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia); e Aspirações sociais (padrão de consumo, valores, cultura) (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

O Barômetro da Sustentabilidade é uma ferramenta criada por estudiosos canadenses ligados às instituições *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) e *International Development Research Centre* (IDRC), que se caracteriza por combinar um grande número de indicadores e condensá-los em duas importantes dimensões: bem-estar ecológico e bem-estar social, apresentando os resultados através de gráficos de fácil compreensão, os quais demonstram o grau de interação das pessoas com o seu meio ambiente (BELLEN, 2005; PRESCOTT-ALLEN, 2001).

Assim como estes, outros importantes indicadores foram desenvolvidos, entre eles a Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*), de autoria de Wackernagel e Rees (1998), sem atender qualquer exigência de abordagens monetárias, mas buscando transmitir uma noção possível de ser compreendida por aqueles interessados em obter dados confiáveis de indicadores de sustentabilidade.

A Pegada Ecológica tem como objetivo a demonstração da real capacidade regenerativa da biosfera que está sendo empregada em atividades humanas, isto é, no consumo, utilizando-se da dimensão ecológica de sustentabilidade. Mas este indicador apresentou algumas falhas de ordem técnica. Em versões mais atualizadas da metodologia de cálculo utilizada neste indicador, fica evidenciado que “o superávit ecológico de uma nação não pode ser entendido como critério de sustentabilidade” (VEIGA, 2010, p. 46).

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano, compreendendo que esses espaços possuem características próprias da vida urbana, apresentando uma multiplicidade de problemas sob vários aspectos e dimensões, uma maneira viável de se mensurar o nível de sustentabilidade é a partir da análise dos seus principais indicadores, o que representa um desafio para os gestores públicos (SIQUEIRA; LIMA, 2012; SOUZA *et al.*, 2014).

Assim sendo, o desenvolvimento urbano sustentável advém de forma progressiva, levando em consideração as transformações dos “espaços e os processos sociais que o produzem e o modificam”, assim como as políticas públicas que serão necessárias para melhor operacionalizá-lo (ROMERO *et al.*, 2004, p. 4).

No caso das gestões municipais, por exemplo, um município poderá ser considerado mais ou menos sustentável dependendo da sua capacidade de manutenção da qualidade da saúde do seu sistema ambiental, apresentando maiores ou menores índices de degradação e de impacto da ação humana sobre o mesmo (BOARETO, 2008).

Dependerá, também, da sua capacidade de eliminação ou pelo menos, mitigação das desigualdades sociais e da oferta de condições básicas de vida aos seus habitantes, proporcionando um ambiente seguro e saudável, tudo isso fundamentado em uma política pública de visão desenvolvimentista sustentável (MCGRANAHAN; MILLER; SMALL, 2003; SATTERTHWAITTE, 2002).

Em 2011, a Rede Nossa São Paulo, a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Instituto Ethos lançaram uma agenda de sustentabilidade denominada Programa Cidades Sustentáveis (PCS), visando “a promoção, a partir das prefeituras, de sinergias entre os avanços científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que

harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento em nível local, tornando-o sustentável” (BRASIL, 2016, p. 6).

O Programa Cidades Sustentáveis integra as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural, auxiliando os gestores públicos na transformação das cidades brasileiras de forma sustentável e aborda as diferentes áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos, com objetivos gerais, que se desdobram em 260 indicadores, estando assim dispostos, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Síntese do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo	Objetivos gerais
Governança (1)	Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.
Bens naturais comuns (2)	Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.
Equidade, justiça social e cultura de paz (3)	Promover comunidades inclusivas e solidárias.
Gestão local para a sustentabilidade (4)	Implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação.
Planejamento e desenho urbano (5)	Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.
Cultura para a sustentabilidade (6)	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.
Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida (7)	Integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável.
Economia local dinâmica, criativa e sustentável (8)	Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.
Consumo responsável e opções de estilo de vida (9)	Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.

Melhor mobilidade, menos tráfego (10)	Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
Ação local para a saúde (11)	Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.
Do local para o global (12)	Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade.

Fonte: Brasil (2017)

Apreende-se então que essa heterogeneidade na classificação do Programa Cidades Sustentáveis, alicerçada em vários eixos constituídos a partir de inúmeros indicadores, torna-o aplicável a qualquer município brasileiro.

2.3 Políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável

No âmbito da formulação de políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável, no Brasil, as etapas de construção são definidas de modo a seguirem as orientações e critérios já elencados, respeitando as disposições da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (ARAÚJO; RIOS, 2005), com o objetivo de tornar possível o processo de desenvolvimento econômico-social do país, levando em consideração a manutenção do equilíbrio ecológico e a qualidade do meio ambiente (MILARÉ, 2006).

Para construir um sistema de indicadores de sustentabilidade eficiente a ser utilizado como propulsor de políticas públicas voltados para o desenvolvimento urbano com sustentabilidade, Braga, Freitas e Duarte (2002) formularam uma proposta metodológica de indicadores de sustentabilidade para os municípios da região da bacia do rio Piracicaba, em Minas Gerais, mas que pode servir como modelo para outras realidades locais.

Essa metodologia fundamenta-se em duas fontes principais: a primeira foi um estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) e o Instituto de Ciências Biológicas desta Universidade (ICB/UFMG), abordando temáticas como “o ambiente, a população, a economia, a sociedade e a vida política, que mais tarde veio originar a publicação do livro: Biodiversidade, População e Economia” (BRAGA; FREITAS; DUARTE, 2002, p. 3), em 1997, e a segunda foi o *Environmental Sustainability Index* (ESI), elaborado pelas universidades de Columbia e Yale.

Do ponto de vista sócio histórico, a concepção de políticas públicas e sua inserção no contexto social, aconteceu no século XX, logo após as transformações sociais advindas da Segunda Guerra Mundial, que modificou sensivelmente as relações da sociedade com o Estado, que passaram a cobrar uma postura mais firme e ativa em relação aos princípios de igualdade social (BUCCI, 2002).

Essa reivindicação em um contexto mais amplo trouxe como repercussão a proposta de inserção dos direitos sociais nas cartas constitucionais dos governos do século XX, tendo como enfoque a temática do desenvolvimento social, sob vários aspectos, sendo no âmbito municipal auxiliado pelo plano diretor da cidade (ACCIOLY, 2009; BUCCI, 2002).

Segundo Varella (2004), a pauta do desenvolvimento tornou inevitável o surgimento de políticas governamentais voltadas para o crescimento econômico sem privilegiar interesses sociais como saúde, emprego, meio ambiente, educação e direitos humanos, entretanto já concebendo a ideia de promoção de políticas públicas (HEIDEMANN, 2009) de cunho desenvolvimentista, estendendo-se para a década de 1960, o surgimento de uma visão mais moderna de sociedade, para além da perspectiva do desenvolvimento econômico.

Assim, passou-se a compreender o crescimento econômico dentro de um contexto com múltiplas variáveis, que exigiam um espaço maior de interlocução com as questões econômicas, como a questão ambiental (MUELLER, 2007).

Na contemporaneidade o processo de urbanização vem se ampliando à medida que o homem se desloca para as cidades, em grande parte migrando das áreas rurais em busca de emprego, trazendo consigo uma gama de necessidades. Essa concentração de sujeitos, com suas complexidades e diversidades, termina por repercutir na qualidade de vida das pessoas que habitam os centros urbanos e, por consequência, comprometem a capacidade de desenvolvimento sustentável das cidades (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014).

Segundo Araújo e Cândido (2014), a maioria da população brasileira se encontra vivendo nos centros urbanos do todo o país. Esse dado é bastante significativo, considerando que, quanto maior for a densidade populacional nas cidades, maiores serão as necessidades de acesso a serviços públicos de qualidade e as exigências quanto a uma melhor qualificação na oferta de infraestrutura pela gestão pública.

Esse desequilíbrio nas forças econômicas afeta a conformação dos espaços físicos e sociais, advindo a desigualdade social que divide a população em periferia e centro, ou seja, de um lado, ambientes de extrema pobreza como as favelas, onde vive a maioria da população desempregada ou de baixa renda, e do outro lado os condomínios de luxo que se espalham

pelas áreas mais valorizadas na cidade, definindo os territórios das classes economicamente favorecidas (MORETTO *et al.*, 2008; MUMFORD, 1998).

As cidades do século XXI, possuem essa lógica das diferenças que configuram a urbanidade “da era da informação tecnológica digital, repleta de movimentos reais e virtuais, de ritmos frenéticos, de cores, de odores, de sons, de silêncios, de conflitos e de contradições” (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014, p. 5).

Assim, para pensar um desenvolvimento sustentável das cidades nos tempos atuais, é preciso, mais do que a defesa da questão ambiental e a preocupação com o crescimento econômico, é preciso levar as discrepâncias gritantes entre duas realidades sociais que caracterizam a presença do homem urbano nas cidades, para o centro das discussões sobre políticas públicas para um desenvolvimento urbano sustentável.

Para Silva (2004), somente através da formulação de políticas públicas é que as cidades poderão atingir um nível de desenvolvimento sustentável capaz de possibilitar aos seus habitantes um convívio harmônico com o seu meio ambiente. As ações governamentais, nesse interesse, devem ser coordenadas, integrando políticas públicas urbanas setoriais, voltadas para habitação, saneamento, transportes, saúde, educação, entre outras que se fizerem necessárias.

No caso das gestões municipais, Silva (2004) também enfatiza que as gestões públicas elaboram planos e programas de ação fundamentados no que prescreve a Lei Orgânica do Município e a adoção de políticas públicas, visando uma sustentabilidade urbana que exige um repensar do modelo de desenvolvimento econômico e social para as cidades, pautado na inclusão social, na igualdade de direitos e pleno acesso aos recursos ambientais e aos serviços públicos.

Assim, em conformidade com o que propõe o Estatuto da Cidade, as políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável devem respeitar o que prescreve os incisos I, II e III, do art. 2º do Estatuto da Cidade – Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 –, que refere em suas diretrizes:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações ; II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (BRASIL, 2002, p. 17).

O mesmo Estatuto, em seu Artigo 40, referenda a necessidade de os municípios contarem com um Plano Diretor: “Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2002, p. 33), enfatizando no parágrafo segundo do Artigo 42, que: “No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido” (BRASIL, 2002, p. 34). Não deixando de destacar a importância da participação social na gestão pública dos municípios, o que ficou expresso em seu Artigo 45:

Art. 45 - Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2002, p. 34-35).

No contexto das cidades brasileiras, são inúmeras as necessidades da população urbana que requerem ações estratégicas para superá-las, sobretudo porque estas afetam diretamente a qualidade de vida dos seus habitantes, entre as principais destacam-se: o déficit de moradias adequadas, a baixa qualidade dos serviços de transportes públicos, rede de saneamento, desemprego e subemprego, altos níveis de poluição ambiental e de violência urbana e o crescente aumento da marginalização social (BRASIL, 2002).

Tais desafios, para serem enfrentados e vencidos, em princípio precisam dispor de uma gestão pública eficiente e democrática que mantenha uma interlocução com a sociedade civil e com a iniciativa privada. Para que as cidades brasileiras alcancem o nível de desenvolvimento sustentável é importante que ocorram mudanças nos “padrões de produção e consumo que resultam na degradação dos recursos naturais e econômicos do país, afetando as condições de vida da população nas cidades” (SILVA, 2004, p. 9).

2.4 Políticas públicas para o desenvolvimento do município de Fortaleza

Na conjuntura das cidades brasileiras com mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2016), o município de Fortaleza, pela crescente expansão populacional e por ter como agente propulsor da sua economia a vocação turística, se coloca entre os grandes centros urbanos do país que mais se preocupam em promover o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Desde o ano de 2013, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), órgão que faz parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza, vem implementando a

sua Política Ambiental, integrando urbanismo e meio ambiente, com o objetivo de tornar a capital do Ceará uma das mais dignas para morar e acolher turistas de todo o mundo.

Com isso, procura dar condições de trabalho a população, ofertar serviços públicos de qualidade, espaços de lazer e entretenimento, rede de transporte moderna, eficiente e acessível, com as melhores condições de infraestrutura possíveis, devido a um trabalho integrado de Planejamento e Controle do Ambiente Natural e do Ambiente Construído (SEUMA, 2014).

A proposta de Política Ambiental de Fortaleza está organizada em três grandes pilares. O pilar de Planejamento e Gestão dos Sistemas Naturais é composto especialmente por áreas verdes e as águas; o pilar de Educação Ambiental é formado pelo processo de mudança cultural na cidade de Fortaleza, no âmbito da valorização e preservação da natureza; e o pilar da Sustentabilidade deve estar em sintonia com as políticas ambientais do país, reafirmando seu papel de contribuir para a gestão sustentável de ambientes natural e construído (SEUMA, 2014), conforme apresenta a Figura 2:

Figura 2 – Pilares da Política Ambiental de Fortaleza



Fonte: Política Ambiental de Fortaleza (SEUMA, 2014, p. 3)

Com o intuito de mitigar o agravamento de problemas urbano-ambientais, tais como saneamento e poluição dos recursos hídricos, a SEUMA, com o apoio de vários Órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), propôs a implementação do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável.

Esse projeto faz parte das ações de sustentabilidade ambiental propostas pela Prefeitura de Fortaleza e assim contribuir para uma rápida recuperação do meio ambiente através da execução de projetos piloto na área de saneamento básico e da promoção de ações de reabilitação de espaços públicos, especialmente nas áreas da Bacia Vertente Marítima (VM), zona norte de Fortaleza, que engloba 18 (dezoito) bairros de Fortaleza (SEUMA, 2017).

Apesar de contar com o acesso a uma infraestrutura constituída de grandes corredores e equipamentos de transportes, esta região, ao longo dos anos tem apresentado um crescimento desordenado no processo de urbanização, proporcionando impactos negativos no meio ambiente, entre eles: “poluição sonora, visual e dos recursos hídricos, redução de áreas verdes e aumento na erosão e contaminação dos solos” (SEUMA, 2017, p. 10).

O documento Manual Operativo (MOP) do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável objetiva a efetivação das políticas de sustentabilidade urbano-ambiental do município, em conformidade com a Legislação Federal, o Plano Ambiental do Município e, levando em consideração o plano estratégico de Fortaleza (SEUMA, 2017).

Diferente do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável que visa a sustentabilidade, o plano estratégico de Fortaleza, também conhecido como Plano Fortaleza 2040, visa a cidadania e foi desenvolvido devido a necessidade da cidade de Fortaleza não possuir um plano estratégico para o desenvolvimento econômico, social e urbanístico, além dos planos e das ações de governo não conseguirem solucionar a desigualdade que existe na cidade (FORTALEZA, 2016).

A elaboração do plano estratégico de Fortaleza aconteceu em três fases. Na primeira denominada de “Fortaleza hoje” foi realizada uma análise participativa da situação atual de Fortaleza; na segunda fase chamada de “A Fortaleza que queremos” foi sugerido um panorama de futuro para a cidade e na terceira fase intitulada “Plano estratégico” foram detalhadas estratégias e ações para obtenção dos objetivos propostos (FORTALEZA, 2016).

Essa elaboração teve como equipe de coordenação o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), ficando sua execução técnica a cargo da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará (FCPC/UFC). Dessa maneira, o plano estratégico de Fortaleza foi organizado em seis módulos quadrienais, conforme o cronograma das próximas gestões do Executivo Municipal, onde o primeiro ocorrerá de 2017 a 2020, o segundo de 2021 a 2024, o terceiro de 2025 a 2028, o quarto de 2029 a 2032, o quinto de 2033 a 2036 e o sexto de 2037 a 2040 (FORTALEZA, 2016).

Segundo as palavras da atual gestão, no texto de apresentação do Plano Fortaleza 2040, este plano tem como principal objetivo “a transformação de Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora”, que possibilite à população uma maior oferta de oportunidades geradas a partir de ações desenvolvidas de modo ordenado, através de uma rede de conexões entre os espaços públicos e privados, que permita uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e um crescimento econômico sustentável da cidade (FORTALEZA, 2016, p. 15).

Mostrado num novo formato de planejamento para a cidade, o Plano Fortaleza 2040 é subdividido em 7 eixos estratégicos de desenvolvimento integrados e complementares, todos conectados entre si, convergindo para a construção da visão de futuro e alcance das metas, com objetivos gerais, e que se desdobram em 32 políticas públicas, estando assim dispostos, conforme o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Síntese do Plano Fortaleza 2040

Eixo	Objetivos gerais	Política pública
<p>Equidade territorial, social e econômica (1)</p>	<p>Comunidades valorizadas e integradas à sociabilidade urbana; Atividades promotoras de inclusão produtiva dinamizadas; Cultura de paz e segurança cidadã; Oportunidades de emprego e renda distribuídas no conjunto do território municipal.</p>	<p>Política de habitação de interesse social Política de regularização fundiária Política de inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda Política de segurança cidadã e cultura de paz</p>
<p>Cidade conectada, acessível e justa (2)</p>	<p>Cidade compacta, acessível e conectada; Espaços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal; Centro urbano reabilitado; Espaços públicos equipados, seguros e integradores; Transporte público de qualidade.</p>	<p>Política de urbanismo e mobilidade urbana Política de mobilidade e acessibilidade urbana</p>
<p>Vida comunitária, acolhimento e bem-estar (3)</p>	<p>Comunidade saudável; Comunidade acolhedora, inclusiva com valorização e respeito à diversidade; Comunidade com elevado senso de pertencimento e afeição à cidade.</p>	<p>Política de saúde e segurança alimentar Política de esporte e lazer Política da mulher Política de igualdade racial Política de assistência social Política do idoso Política da pessoa com deficiência Política da juventude Política LGBT Política da criança e do adolescente</p>

Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	Educação de qualidade e capacitação para o trabalho; Desenvolvimento científico e tecnológico; Valorização e desenvolvimento cultural.	Política de educação pública Política de ciência, tecnologia e inovação Política de cultura e patrimônio
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (5)	Recursos naturais, resiliência e conforto ambiental; Saneamento básico ampliado; Segurança hídrica; Energias renováveis e eficiência energética.	Política de meio ambiente e saneamento Política de segurança hídrica Política de energia
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	Estrutura produtiva de serviços ampliada e diversificada; Setores econômicos consolidados mais competitivos e de alto valor agregado.	Política de desenvolvimento econômico – confecções Política de desenvolvimento econômico – construção civil Política de desenvolvimento econômico – novas indústrias e serviços avançados Política de desenvolvimento econômico – economia do mar Política de desenvolvimento econômico – economia criativa Política de desenvolvimento econômico – tecnologia da informação e comunicação Política de turismo Política de agricultura urbana
Governança municipal (7)	Modelo de acompanhamento e avaliação do Fortaleza 2040 instituído; Gestão pública participativa e eficiente; Observatório da Cidade.	Política de participação e controle social Política de desenvolvimento da gestão pública

Fonte: Fortaleza (2016)

Sendo assim, a Prefeitura de Fortaleza concretiza o planejamento estratégico para a cidade, denominado Plano Fortaleza 2040, que organiza em um único documento as políticas públicas a serem aplicadas para atender as principais necessidades da população, abrangendo temáticas com foco na redução das desigualdades socioeconômicas e na melhoria da estrutura urbanística e de mobilidade da cidade.

3 METODOLOGIA

Segundo Bastos *et al.* (2000, p. 29) “o elemento básico de uma boa metodologia consiste em um plano detalhado de como alcançar o (s) objetivo (s), respondendo às questões propostas”, ou seja, apresentar os processos metodológicos utilizados para atender os objetivos propostos.

Baseando-se nisso, esta seção apresenta as fases metodológicas que conduzem a presente pesquisa, conforme segue: delineamento da pesquisa; procedimentos; coleta de dados e análise de dados.

3.1 Delineamento da pesquisa

A abordagem metodológica identifica diversas maneiras de discutir a pesquisa relacionando-a com as concepções divergentes que se tem da realidade (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

A pesquisa qualitativa, como explica Triviños (2009), trabalha os dados da pesquisa buscando o seu significado, embasando-se na percepção do fato dentro do seu contexto.

Considerando que a pesquisa busca compreender significados e características situacionais, através da interação entre o indivíduo e o mundo social, por meio de uma análise em profundidade da unidade pesquisada, optou-se pela adoção da abordagem de natureza qualitativa (RICHARDSON, 2008), diante disso o presente estudo tem como objetivo avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis.

Dessa forma, esta pesquisa foi classificada em um estudo de natureza qualitativa, para responder ao seguinte questionamento: “Dentre as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, quais são consideradas sustentáveis a partir de dimensões e indicadores sustentáveis? ”

3.2 Procedimentos técnicos da pesquisa

Neste trabalho os métodos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica foi constituída verificando as referências teóricas já estudadas e publicadas, pois segundo (FONSECA, 2002, p. 32) “qualquer trabalho científico

inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. ”

O estudo também se utiliza da pesquisa documental, que segundo Gil (2008), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, onde a diferença fundamental entre ambas está na natureza das fontes, pois a pesquisa bibliográfica baseia-se em contribuições de diferentes autores sobre determinado tema, enquanto a pesquisa documental fundamenta-se em materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas a partir dos objetos da pesquisa.

Desse modo, Lakatos e Marconi (2007) afirmam que a pesquisa documental é uma coleta de dados de fontes primárias, pertencentes a arquivos públicos, particulares e fontes estatísticas.

A pesquisa se classifica como um estudo de caso pois “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010 p. 39), auxiliando para alcançar os objetivos traçados.

Godoy (2010) explica que a especificidade do estudo de caso está em focar os problemas práticos, decorrentes de complexas situações presentes em interações cotidianas, bem como Merriam (1988, p. 16), ao afirmar que “estudos de caso qualitativos são particularistas, descritivos e heurísticos. ”

Corroborando com essa ideia, Marconi e Lakatos (2007) asseguram que a pesquisa documental é muito utilizada nas pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o objeto principal é o estudo de caso, pois na maioria das vezes utiliza a coleta de documentos para análise.

Sendo um estudo de caso, é classificado segundo Yin (2010) como um caso único integrado, por ser um caso peculiar, representativo e com contribuição significativa para a formação de um conhecimento, apresentando unidades múltiplas de análise, em razão da pesquisa avaliar, por eixo, as políticas públicas que compõem o Plano Fortaleza 2040.

Para uma maior confiabilidade da pesquisa, Gray (2012 p. 213) afirma que a pesquisa é considerada confiável se “os resultados e as conclusões de um pesquisador forem replicados por outro que faça o mesmo estudo”. Nesse mesmo pensamento, Yin (2010) denomina de protocolo de estudo de caso um plano de instrumentos para a coleta de dados com procedimentos e regras gerais orientando outro pesquisador que deseje repetir a pesquisa.

O protocolo de estudo de caso, segundo Yin (2010) deve ser composto pelas seguintes etapas:

- Visão geral do projeto do estudo de caso
- Procedimentos de campo
- Questões de estudo de caso
- Guia para o relatório do estudo de caso

A partir disso, desenvolveu-se um protocolo de estudo de caso que se encontra no Apêndice A deste trabalho.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi dividida em três etapas. A primeira etapa compreendeu a coleta bibliográfica sobre as temáticas de políticas públicas, sustentabilidade, desenvolvimento urbano e desenvolvimento no município de Fortaleza.

A segunda etapa envolveu a coleta documental do Plano Fortaleza 2040 e das 32 políticas públicas que o alicerçam, além da análise entre essas políticas públicas e as dimensões da sustentabilidade de Sachs e os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis.

A terceira etapa foi constituída de entrevistas em profundidade com pessoas que participaram da elaboração do plano, pois o “método para a coleta de informações, como as entrevistas, produzem dados que são transformados em textos”, podendo esclarecer ou informar fatos relevantes da pesquisa. (FLICK, 2009, p. 27).

A entrevista foi aplicada com um roteiro semiestruturado composto de 4 blocos. O primeiro bloco foi desenvolvido mediante uma apresentação da pesquisa e do perfil do entrevistado.

No segundo bloco, o entrevistado era solicitado a falar sobre o Plano Fortaleza 2040 para a cidade em questão. No terceiro bloco, o entrevistado era questionado acerca da sua contribuição no eixo em que participou para o planejamento estratégico da cidade e no quarto e último bloco o entrevistado era convidado a explanar a sua percepção sobre os resultados do Plano Fortaleza 2040, conforme roteiro disponível no Apêndice B deste trabalho.

Com isso, a partir de uma lista dos responsáveis por cada política pública, foram enviadas, via e-mail ou *WhatsApp*, mensagens com detalhes de como seria o processo de entrevista para cada um deles. Assim, como cada política pública pertence a um eixo do plano, resolveu-se entrevistar uma pessoa para representar cada eixo.

Para cada um dos 7 eixos que compõem o Plano Fortaleza 2040 foi feita uma entrevista em profundidade e estas ocorreram no período de 21 de novembro de 2017 a 23 de abril de 2018.

Desse modo, foi traçado o perfil dos entrevistados que participaram de cada eixo, através da formação profissional e da forma de ingresso para a participação no plano, conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Perfil dos entrevistados para cada eixo do Plano Fortaleza 2040

Eixo*	Iniciais	Formação profissional	Atuação no plano
0	J. N.	Direito	Adesão/convite
1	F. N.	Arquitetura e urbanismo	Convite
2	M. B.	Direito	Convite/Convocação
3	M. L.	Jornalismo	Convite
4	M. H.	Geografia	Convite
5	E. F.	Economia	Convite
6	C. B.	Comunicação social	Seleção pública

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

Estas entrevistas foram gravadas e transcritas para a análise de dados, pois segundo Creswell (2010, p. 214) a “entrevista interpessoal um a um, envolvendo questões em geral abertas e em pequeno número se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes”.

3.4 Análise de dados

A análise de conteúdo consiste em relacionar a frequência da citação, palavra ou ideia em um texto para avaliar o valor atribuído ao assunto delimitado pelo seu autor (CHIZZOTTI, 2011). Dessa forma, em relação à análise de dados da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo, que Chizzotti define (2011, p. 115) como um “conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio das unidades elementares”.

Categorizar e codificar essas unidades elementares é muito importante para se atingir os objetivos almejados, pois os dados brutos ao serem reunidos permitem a descrição objetiva dos atributos relevantes do conteúdo (CHIZZOTTI, 2011).

Como parâmetros de análise utilizou-se a classificação das dimensões de sustentabilidade de Sachs, que é referência em pesquisas científicas sobre sustentabilidade; e os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis foram escolhidos pois “reúne uma série de ferramentas que vão contribuir para que governos e sociedade civil promovam o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros” (BRASIL, 2016, p. 5).

Por meio da análise documental, para o primeiro objetivo específico dessa pesquisa, que é classificar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 segundo as dimensões da sustentabilidade considerada por Sachs, a análise foi classificada como uma análise teórica, pois foram analisados os objetivos de cada uma das 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 segundo os conceitos de sustentabilidade nas dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional da sustentabilidade de Sachs, e posteriormente essas 32 políticas foram relacionadas a uma ou mais dimensões trabalhadas pelo referido autor. Essas observações foram categorizadas em tabelas separadas pelos 7 eixos que compõem o plano estratégico de Fortaleza.

Utilizando também a análise documental para o segundo objetivo específico dessa pesquisa, que é relacionar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis, a análise foi denominada de análise prática, pois foram examinadas as 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 e sua relação com os 260 indicadores que compõem o Programa Cidades Sustentáveis. Caso sinalizasse positivamente essa relação, esses indicadores seriam alocados na política pública correspondente. As observações foram classificadas em tabelas separadas pelos 7 eixos que compõem o plano estratégico de Fortaleza.

As entrevistas, a partir dos dados transcritos, foram analisadas de acordo com o roteiro e os objetivos da pesquisa. Palavras ou características associadas ao tema central, que na pesquisa refere-se à sustentabilidade e ao Plano Fortaleza 2040, também foram consideradas, contribuindo para o terceiro objetivo específico que é investigar a percepção das pessoas que colaboraram com a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040 sob o aspecto da sustentabilidade considerada por Sachs.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção os resultados são mostrados em quadros, divididos por eixos, provenientes das análises das dimensões, dos indicadores e das entrevistas para melhor visualização, sendo utilizadas também considerações contidas nos documentos do Plano Fortaleza 2040 e no Programa Cidades Sustentáveis.

No tocante às dimensões, um quadro apresenta, individualmente, um eixo do Plano Fortaleza 2040, as respectivas políticas e a dimensão da sustentabilidade que se relaciona com cada política. No que se refere aos indicadores, um quadro apresenta também um eixo, as respectivas políticas e os indicadores de sustentabilidade que se relacionam. Por fim são mostrados trechos das entrevistas de cada eixo que ilustra a percepção acerca do papel sustentável do Plano Fortaleza 2040.

4.1 Políticas públicas sobre as dimensões da sustentabilidade

Por meio dessa análise documental, visa-se atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa que é classificar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 segundo as dimensões da sustentabilidade considerada por Sachs.

Essa análise foi classificada como teórica, onde foram examinados os objetivos de cada uma das 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 e os conceitos de sustentabilidade nas dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional da sustentabilidade de acordo com Sachs, para depois avaliar se existia adequação entre os objetivos e as dimensões.

Como detalhado a seguir, cada quadro apresenta as políticas públicas que compõem cada um dos 7 eixos do Plano Fortaleza 2040, bem como os objetivos dessas políticas e as dimensões da sustentabilidade de Sachs com as quais elas se relacionam.

O eixo **Equidade territorial, social e econômica** reúne os objetivos prioritários, apreciando o direito à vida e o direito à cidade. É composto pelas políticas de Habitação de interesse social; Regularização fundiária; Inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda e Segurança cidadã e cultura de paz.

Identificou-se que cada política possui uma relação com alguma das oito dimensões utilizadas, com exceção da ecológica e política internacional, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Análise do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social, ambiental e econômica (1), (4) e (6)	Habitação de interesse social	Promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de políticas e projetos de geração de trabalho e renda, redução dos ônus da moradia para os beneficiários e gestão ambiental, inclusão da população de baixa renda e de grupos sociais vulneráveis e gestão ambiental sustentável.
Social (1)	Regularização fundiária	Criar Conselhos Gestores e Conselhos Setoriais, como o de habitação, o de saneamento básico e o de meio ambiente, ampliando os espaços de participação.
Social, territorial e econômica (1), (5) e (6)	Inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda	Promover emprego e renda com fortalecimento das micro e pequenas empresas, formalização das atividades, organização e melhoria dos pequenos negócios e ampliação da cultura empreendedora e da sustentabilidade da economia local.
Cultural e política nacional (2) e (7)	Segurança cidadã e cultura de paz	Contribuir para a formação de uma cultura de paz na sociedade fortalezense; promover a garantia de direitos humanos e incentivar o desenvolvimento sistêmico de pesquisas na área de segurança pública, violência e criminalidade.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Cidade conectada, acessível e justa** contempla a reorganização da forma urbana de Fortaleza. É composto pelas políticas de Urbanismo e mobilidade urbana e Mobilidade e acessibilidade urbana.

Na análise feita a partir dos conceitos de dimensões de sustentabilidade de Sachs, percebe-se que, mesmo as políticas se relacionando apenas com as dimensões social, ambiental e econômica, existe nos objetivos a preocupação em melhorar a vida da população através de ações sustentáveis, como a redução de gases produzidos por transportes, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Análise do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social, ambiental e econômica (1), (4) e (6)	Urbanismo e mobilidade urbana	Tornar uma cidade mais compacta, densa e acessível, reduzindo os deslocamentos, o consumo energético e aumentando a eficiência do sistema de transportes.
Ambiental (4)	Mobilidade e acessibilidade urbana	Reduzir as emissões atmosféricas produzidas pelo sistema de mobilidade urbana.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Vida comunitária, acolhimento e bem-estar** considera um futuro no qual predominem na sociedade sentimentos e atitudes de acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, além de valorizar suas identidades e desenvolver um sentimento de afeição pela cidade. É formado pelas políticas de Saúde e segurança alimentar; Esporte e lazer; Igualdade racial; Assistência social; Mulher; Juventude; Criança e do adolescente; Idoso; LGBT e Pessoa com deficiência.

Os objetivos trabalhados nesse eixo, ao serem relacionados com os conceitos de sustentabilidade de Sachs, se adequam nas dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política nacional e nenhum se encaixou na dimensão política internacional, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 – Análise do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social e econômica (1) e (6)	Saúde e segurança alimentar	Saúde pública preventiva e assistencial estruturada em rede, com ampliada capacidade e eficiência; alimentação saudável e adequada, com apoio de agricultura urbana orgânica e reeducação alimentar.
Social e política nacional (1) e (7)	Assistência social	Reduzir a vulnerabilidade e os riscos sociais; garantir e ampliar a proteção e a promoção dos direitos socioassistenciais.
Social e econômica (1) e (6)	Juventude	Promover as potencialidades juvenis no campo cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, fomentando o desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais baseadas em princípios solidários.
Social (1)	LGBT	Desconstruir preconceitos e discriminações nos diversos ambientes de interação social.
Ecológica (3)	Esporte e lazer	Priorizar fornecedores que utilizem material reciclável e sustentável na construção dos equipamentos esportivos.
Ambiental (4)	Criança e do adolescente	Promover educação respeitando o meio ambiente sustentável.
Social e ambiental (1) e (4)	Idoso	Comunidade saudável com acesso a saúde, esporte, lazer, educação e alimentação com apoio de agricultura orgânica.
Social e cultural (1) e (2)	Igualdade racial	Promover a cultura da população negra e indígena pela Secretaria de Cultura a partir do lançamento de editais e festivais para a cultura e artistas negros, bem como por meio do incentivo para que artistas não negros possam promover ações contra o racismo em seus trabalhos.
Territorial e econômica (5) e (6)	Mulher	Fortalecer os grupos produtivos de mulheres na economia solidária, com formação, capacitação para elaboração de projetos e captação de recursos nas áreas da produção e comercialização na formação de cooperativas, ampliando a rede de comercialização, contemplando as mulheres em todas as suas diversidades.

Social e territorial (1) e (5)	Pessoa com deficiência	Investir na construção e implementação de residências inclusivas que venham a atender de forma adequada e acessível as pessoas com deficiência em situação de rua e de vulnerabilidade.
---------------------------------------	------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Desenvolvimento da cultura e do conhecimento** favorece o desenvolvimento humano, o aumento e a democratização das oportunidades sociais e a competitividade da economia, viabilizando as inovações do setor produtivo. É constituído pelas políticas de Educação pública; Ciência, tecnologia e inovação e Cultura e patrimônio.

Aprende-se que, ao analisar os objetivos a partir dos conceitos das dimensões de sustentabilidade em estudo, eles se adequam nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica, não abordando as dimensões ecológica, territorial, política nacional e política internacional, como apresenta o Quadro 8.

Quadro 8 – Análise do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social e econômica (1) e (6)	Educação pública	Promover a educação para a cidadania, o empreendedorismo, a sustentabilidade, a cooperação, a responsabilidade social e ambiental, a tolerância, o respeito e a convivência social harmoniosa, além de aberta ao desenvolvimento da cultura digital.
Ambiental e econômica (4) e (6)	Ciência, Tecnologia e Inovação	Promover e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para a solução de problemas regionais e para a preservação do meio ambiente.
Cultural (2)	Cultura e patrimônio	Tornar presente no cotidiano das pessoas e da cidade o conhecimento da história, arte e cultura, fomentando a sua geração, guarda e difusão.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais** trata da recuperação e conservação dos recursos naturais e da qualidade do ambiente natural com atenção especial para os recursos hídricos e para a geração de energia limpa e renovável na cidade de modo a oferecer qualidade de vida e conforto ao cidadão de forma sustentável.

É constituído pelas políticas de Meio ambiente e saneamento; Segurança hídrica e Energia. Identifica-se que, ao analisá-las de acordo com os conceitos de sustentabilidade de Sachs, os objetivos se encaixam apenas nas dimensões social, econômica, ecológica e ambiental, não abrangendo as dimensões cultural, territorial, política nacional e política internacional, conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Análise do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Ecológica e ambiental (3) e (4)	Meio ambiente e saneamento	Realizar diagnóstico e prognóstico sobre as águas superficiais e subterrâneas para garantir reserva hídrica de modo a ampliar a segurança hídrica da cidade.
Ecológica e ambiental (3) e (4)	Segurança hídrica	Redução da demanda de água urbana por meio da orientação para o uso racional e eficiente, a redução de perdas no tratamento e distribuição e o reúso das águas.
Social e econômica (1) e (6)	Energia	Valorizar energeticamente os resíduos gerados pela cidade como forma de agregação de valor, solucionar preocupações socioambientais e geração de emprego e renda.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Dinamização econômica e inclusão produtiva** busca o crescimento da economia, do emprego e da renda combinando a competição do mercado das atividades já consolidadas, a emergência de novos segmentos econômicos, e a inclusão produtiva com destaque para a economia solidária.

É organizado pelas políticas de Desenvolvimento econômico, subdivida em: Confecções, Construção civil, Novas indústrias e serviços avançados, Economia do mar, Economia criativa, Tecnologia da informação e comunicação; Turismo e Agricultura urbana.

Ao analisar os objetivos dessas políticas a partir dos conceitos de Sachs, infere-se que elas se encaixam nas dimensões social, econômica, ecológica, ambiental e territorial, não contemplando a cultural, política nacional e política internacional, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 – Análise do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social e econômica (1) e (6)	Desenvolvimento econômico - Confecções	Combater a informalidade devolvendo condições racionais, adequadas e não autofágicas de competição.
Social (1)	Desenvolvimento econômico – Tecnologia da informação e comunicação	Promover a inclusão produtiva da população no setor de TIC, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.
Ambiental, territorial e econômica (4), (5) e (6)	Desenvolvimento econômico – Construção Civil	Definir modelo de negócios do mercado imobiliário e da construção civil adequados às novas demandas do desenvolvimento da cidade e aos novos padrões urbanísticos e regras do código de obras que se adaptem tanto às novas formas de financiamento quanto às novas fontes e usos de energia, reutilização de água e reciclagem de materiais.

Ecológica e ambiental (3) e (4)	Desenvolvimento econômico – Economia do mar	Mapeamento e conservação da biodiversidade, geodiversidade, recursos vivos e não vivos marinhos, aproveitamento econômico ordenado e sustentável desses recursos, e acompanhamento das respostas dos ambientes marinhos às mudanças climáticas futuras.
Econômica (6)	Desenvolvimento econômico – Novas indústrias e serviços avançados	Promover a atração de empreendimentos produtivos que desenvolvem atividades econômicas de base tecnológica e criativa.
Econômica (6)	Desenvolvimento econômico – Economia criativa	Fomentar a sustentabilidade de empreendimentos criativos para fortalecer sua competitividade e a geração de emprego e renda.
Ecológica e econômica (3) e (6)	Agricultura urbana	Promover a agricultura urbana agroecológica em espaços públicos e privados, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas próprios de produção de alimentos e outros produtos da sociobiodiversidade de forma inclusiva, ecológica e sustentável.
Territorial e econômica (5) e (6)	Turismo	Aumentar a competitividade e a sustentabilidade de Fortaleza como destino do Nordeste brasileiro.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

O eixo **Governança Municipal** é composto pelas políticas de Participação e controle social e Desenvolvimento da gestão pública.

É o eixo que assegura a execução dos outros eixos e os seus resultados no desenvolvimento da cidade. Abrange a capacidade dos governos municipais, sociedade civil e comunidade, planejarem e executarem políticas, programas e projetos de forma eficiente, eficaz e efetiva, o que leva os objetivos a se encaixarem somente na dimensão social quando analisados pelo parâmetro de sustentabilidade de Sachs, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Análise do eixo Governança Municipal a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Dimensões da sustentabilidade de Sachs*	Política pública do Plano Fortaleza 2040	Objetivo da política pública
Social (1)	Participação e controle social	Envolver a sociedade na elaboração e cogestão legítima de políticas públicas e ações interventivas para o desenvolvimento social, econômico, urbano e ambiental da cidade, tornando a cidade mais justa, equilibrada, democrática e republicana.
Social (1)	Desenvolvimento da gestão pública	Estimular ações sobre a cidade que priorizem o interesse coletivo.

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 1

A partir das análises feitas entre as 8 dimensões da sustentabilidade conceituadas por Sachs e as políticas que compõem cada eixo do Plano Fortaleza 2040, infere-se que todas as 32 políticas se relacionaram com uma ou mais de uma dimensão, a saber: 17 foram classificadas na dimensão social; 3 na dimensão cultural; 5 na dimensão ecológica; 10 na dimensão ambiental; 5 na dimensão territorial; 14 na dimensão econômica; 2 na dimensão nacional e nenhuma na dimensão internacional, como ilustra o Quadro 12.

Quadro 12 – Síntese das relações entre os eixos do Plano Fortaleza 2040 e as dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*/Dimensão**	Social (1)	Cultural (2)	Ecológica (3)	Ambiental (4)	Territorial (5)	Econômica (6)	Política nacional (7)	Política internacional (8)	TOTAL
Equidade territorial, social e econômica (1)	3	1	0	1	1	2	1	0	9
Cidade conectada, acessível e justa (2)	1	0	0	2	0	1	0	0	4
Vida comunitária, acolhimento e bem-estar (3)	7	1	1	2	2	2	1	0	16
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	1	1	0	1	0	2	0	0	5
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (5)	1	0	2	2	0	1	0	0	6
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	2	0	2	2	2	6	0	0	14
Governança municipal (7)	2	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	17	3	5	10	5	14	2	0	56

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

Identifica-se que excetuado do eixo Governança, que se relaciona apenas com a dimensão social, todos os demais eixos se relacionam com as dimensões social, econômica e ambiental.

Nenhum eixo contemplou todas as 8 dimensões (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional) propostas para a análise, contudo o eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar foi o que contemplou mais dimensões, não abrangendo apenas a dimensão da política internacional.

Portanto, afirma-se que as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, ao serem avaliadas pelos conceitos que Sachs instituiu ao classificar a sustentabilidade, são consideradas adequadas a esses conceitos sustentáveis, pois todas se relacionam com alguma dimensão, principalmente a social, ambiental e econômica, que se destacam das outras dimensões pela quantidade de políticas públicas alocadas.

4.1.1 Discussão das políticas públicas sobre as dimensões da sustentabilidade

As organizações privadas desejam estratégias para um desenvolvimento sustentável, assim como as públicas, através de políticas governamentais (ABRAMOVAY, 2010).

As políticas públicas que estão em consonância com os parâmetros de desenvolvimento urbano sustentável são as mais utilizadas, principalmente nas gestões municipais (SOUZA, 2004).

Ao utilizar as políticas, as gestões públicas elaboram planos e programas de ação, visando uma sustentabilidade urbana que exige um repensar do modelo de desenvolvimento econômico e social para as cidades a partir do acesso aos recursos ambientais (SILVA, 2004).

A partir disso, as organizações começaram a utilizar o Tripé da Sustentabilidade, desenvolvido por Elkington, para mostrar o seu desempenho econômico, ambiental e social (ISENMANN; BEY; WELTER, 2007).

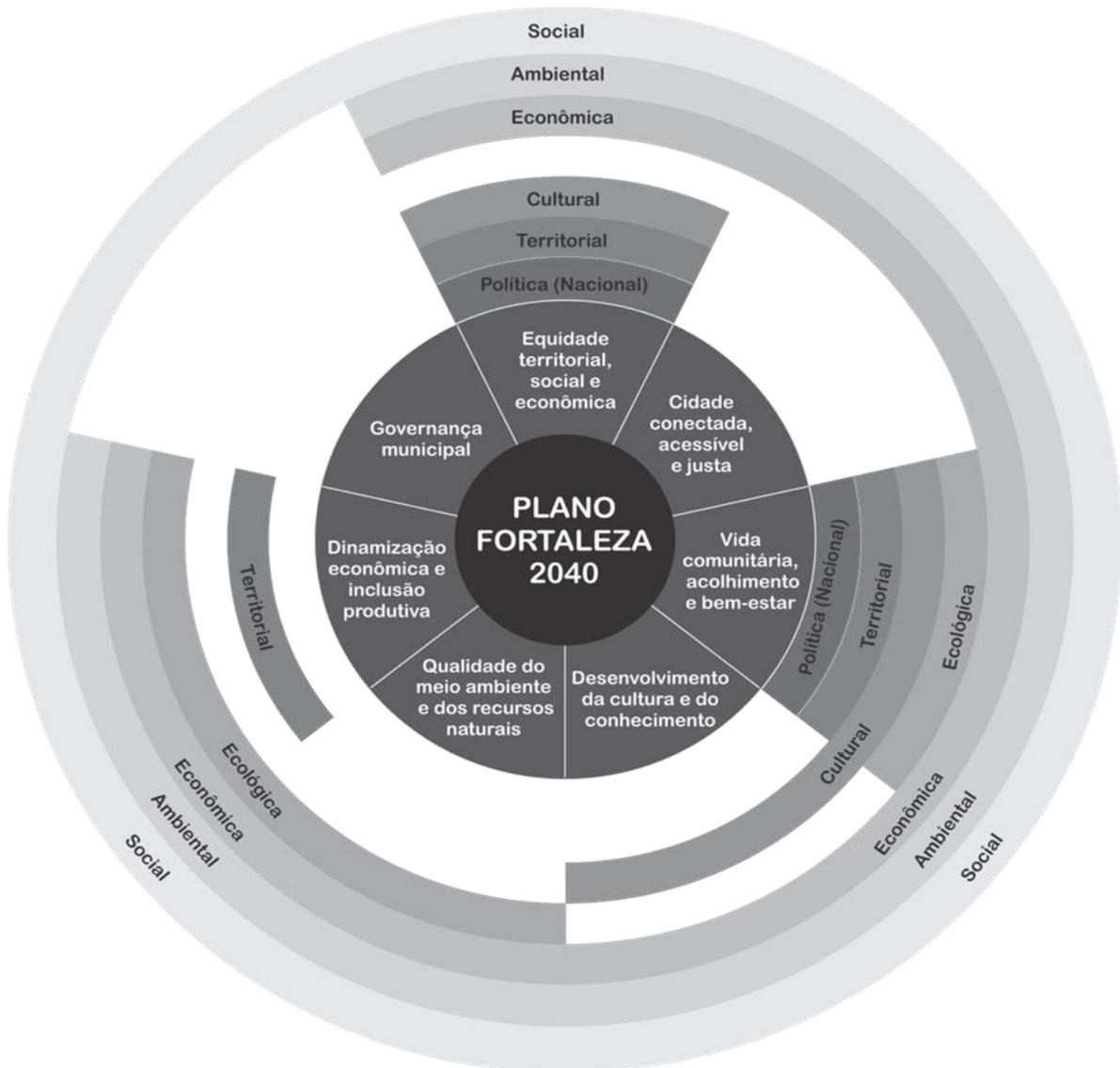
A sustentabilidade pode ser interpretada como algo que produz benefícios ao ser associada a efeitos sociais desejáveis e a uma nova ordem economicamente eficiente (ACSELRAD, 1999; ROGERS, 2001; SCHWEIGERT, 2007).

Alguns autores também desenvolveram classificações a partir do Tripé da Sustentabilidade, dentre eles Sachs (2009), que a classificou em oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Para analisar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com as dimensões de sustentabilidade desenvolvido por Sachs, percebeu-se que essas não podem ser separadas, pois segundo Fialho *et al.* (2008, p. 106), “apesar de apresentarem similaridades nas áreas prioritárias identificadas, são interdependentes”.

Assim a análise foi feita entre as oito dimensões de sustentabilidade desenvolvido por Sachs e as 32 políticas públicas agrupadas nos 7 eixos que contém o Plano Fortaleza 2040, como observado na Figura 3:

Figura 3 – Relação entre o Plano Fortaleza 2040 e as dimensões da sustentabilidade de Sachs



Fonte: Elaborado pela autora

Nessa perspectiva, é mostrado na figura que, com exceção do eixo Governança, que se relaciona apenas com a dimensão social, todos os demais se relacionam com as dimensões social, econômica e ambiental e nenhum eixo contemplou todas as dimensões propostas para a análise, no entanto, o eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar foi o que contemplou mais dimensões, não abrangendo apenas a dimensão da política internacional.

A dimensão social foi a que abordou o maior número de políticas, buscando uma homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego visando qualidade de vida e isonomia no acesso aos recursos e serviços sociais (SACHS, 2009).

Logo em seguida, ficou a dimensão econômica que visa o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa e inserção na economia internacional (SACHS, 2009), corroborando a ideia de Mueller (2007) que compreende o crescimento econômico dentro de um contexto com múltiplas variáveis.

Para a dimensão ambiental que Sachs (2009) denomina como estima na autodepuração dos ecossistemas naturais houve também um número significativo de políticas alocadas, diferentemente da dimensão ecológica, que visa a preservação do potencial do capital natural para produção de recursos renováveis e a limitação no uso dos recursos não renováveis e não teve relação com muitas políticas.

As dimensões cultural, territorial e de política nacional, mesmo tendo poucas políticas relacionadas, possuem uma grande importância dentro do plano, pois através delas existem atividades que ajudam a manter tradições e cultura da população local, ao mesmo tempo que existe o anseio em implantar novas tecnológicas, principalmente em áreas menos favorecidas, buscando uma certa harmonia social. (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014).

Nenhum dos objetivos analisados das políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 se adequou ao que conceitua Sachs (2009) a respeito da dimensão internacional, o que não torna essa dimensão menos importante frente às demais, percebendo que essa dimensão visa a esfera federal e não municipal, contudo, o plano dispõe de incentivos para o turismo internacional; com ações que se basearam em atividades aplicadas em outros países, além dele como um todo está sendo utilizado como fontes para investimentos de bancos internacionais.

Essa avaliação detalhada dos objetivos das políticas públicas utilizando os conceitos instituídos por Sachs de classificação das dimensões da sustentabilidade permitiu considerar o Plano Fortaleza 2040 adequado a esses conceitos sustentáveis, visto que todas as 32 políticas tiveram seus objetivos relacionados às dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política nacional, excetuando a política internacional.

4.2 Políticas públicas sobre os indicadores da sustentabilidade

Utilizando também a análise documental, explora-se o segundo objetivo específico dessa pesquisa, que é relacionar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis.

A análise foi denominada de análise prática, pois foram examinadas as 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 e os 260 indicadores que compõem o Programa Cidades Sustentáveis. Como na análise teórica, essas observações visavam constatar se existe alguma relação entre as políticas e os indicadores. Essas observações foram classificadas em tabelas separadas pelos 7 eixos que compõem o plano estratégico de Fortaleza.

O eixo **Equidade territorial, social e econômica** é composto pelas políticas de Habitação de interesse social; Regularização fundiária; Inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda e Segurança cidadã e cultura de paz.

A partir da análise pelos indicadores, percebe-se que a política de Regularização fundiária não contempla nenhum indicador. A política de Habitação de interesse social possui uma relação com 15 indicadores, a política de Inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda contempla 18 indicadores e a política de Segurança cidadã e cultura de paz se associa com 11 indicadores.

Além disso, o eixo Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável é o que contém mais indicadores elencados, refletindo a importância de uma economia local que seja dinâmica, criativa e sustentável ao analisar as questões de inserção de jovens no mercado de trabalho, emprego e desemprego de jovens e adultos, incentivo a pequenos negócios, diversificação de empregos no setor industrial e a participação do PIB municipal, conforme detalhamento do Quadro 13.

Quadro 13 – Análise do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Habitação de interesse social	Governança (1)	Acessibilidade nos espaços públicos
	Bens Naturais Comuns (2)	Acesso permanente e sustentável à água potável Área desmatada Área restaurada de florestas degradadas Áreas destinadas às Unidades de Conservação Cobertura vegetal nativa remanescente Legislação específica para temas ambientais Rede de esgoto

	Planejamento e Desenho Urbano (5)	Déficit habitacional População residente em aglomerados subnormais Propriedade de imóveis
	Do Local para o Global (12)	Domicílios em áreas de risco Gerenciamento de riscos Mortes por desastres socioambientais Domicílios com acesso à energia elétrica
Inclusão produtiva, empreendedorismo, emprego e renda	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Domicílios com acesso à internet Domicílios com acesso a telefone celular Variação da renda domiciliar per capita
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Acesso ao crédito para pequenos empresários Aprendizes contratados no município Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego Desemprego Empregos formais Lista suja do trabalho análogo à escravidão Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos de idade ou mais Salário médio por hora de homens e mulheres por ocupação Trabalho precário Variação dos empregos no setor industrial Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB Participação da indústria no PIB municipal PIB do município PIB municipal per capita
Segurança cidadã e cultura de paz	Governança (1)	Acesso à justiça Acessos negados no sistema de informação ao cidadão
	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Ações afirmativas para a redução da desigualdade Conteúdo relativo aos direitos humanos na formação policial Crimes sexuais Crimes violentos fatais Denúncias de violação dos direitos humanos Mortes por agressão Mortes por armas de fogo Política municipal de assistência aos usuários de drogas e dependentes de álcool Roubos

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Cidade conectada, acessível e justa** é composto pelas políticas de Urbanismo e mobilidade urbana e Mobilidade e acessibilidade urbana.

Na análise entre as políticas e os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis, nota-se que a política de Urbanismo e mobilidade urbana se relaciona com 3 indicadores e a política de Mobilidade e acessibilidade urbana com 14 indicadores.

Percebe-se também que o eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego é o que contém mais indicadores alocados, focando na melhoria da infraestrutura e da logística do

transporte urbano, com ênfase na mobilidade sustentável e segurança no trânsito, além disso o indicador “Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência” relaciona-se também com a política Pessoa com deficiência do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar, sendo então utilizado nas duas políticas, como detalha o Quadro 14:

Quadro 14 – Análise do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Urbanismo e mobilidade urbana	Planejamento e Desenho Urbano (5)	Área urbana e rural do município Consórcios públicos e Parcerias Público Privadas Edifícios novos e reformados com certificação de sustentabilidade ambiental
Mobilidade e acessibilidade urbana	Planejamento e Desenho Urbano (5)	Calçadas acessíveis
	Melhor Mobilidade, Menos Tráfego (10)	Acidentes de trânsito Atropelamentos Ciclovias e ciclofaixas exclusivas Congestionamentos Corredores exclusivos de ônibus Custo anual dos acidentes de trânsito Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência Mortes no trânsito Orçamento do município destinado a transporte público Peso da tarifa de transporte público no orçamento mensal Proximidade de transporte público Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho Transporte público por ônibus com energia sustentável

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Vida comunitária, acolhimento e bem-estar** é formado pelas políticas de Saúde e segurança alimentar; Esporte e lazer; Igualdade racial; Assistência social; Mulher; Juventude; Criança e do adolescente; Idoso; LGBT e Pessoa com deficiência.

Na análise das políticas públicas com os indicadores, percebe-se que a política de Saúde e segurança alimentar se relaciona com 27 indicadores, a política da Criança e do adolescente se associa a 18 indicadores, a política LGBT se relaciona apenas com 1 indicador, a política de Esporte e lazer possui 3 indicadores, a política da Mulher com 12 indicadores, a política de Igualdade racial com 5 indicadores, a política de Assistência social se associa com 10 indicadores, a política do Idoso se associa com apenas 2 indicadores, a política da Juventude relaciona 7 indicadores, a política da Pessoa com deficiência se associa com 5 indicadores, evidenciando que o indicador “Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas

com deficiência” relaciona-se também com a política de Mobilidade e acessibilidade do eixo Cidade conectada, acessível e justa, sendo então colocado nas duas políticas.

Percebe-se que o eixo Ação local para a Saúde é o que contém mais indicadores elencados, refletindo o grau de detalhamento de ações para a saúde necessárias em um município, envolvendo fatores como unidades básicas de saúde, obesidade infantil e adulta, mortalidades por causas diversas, problemas na gestação e no nascimento do bebê e doenças, conforme Quadro 15:

Quadro 15 – Análise do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Saúde e Segurança alimentar	Ação Local para a Saúde (11)	Baixo peso ao nascer Cobertura de vacinas Contaminação de alimentos por agrotóxicos Desnutrição infantil Detecção de hepatite A, B, C e D Estabelecimentos que realizam interrupção voluntária de gravidez segundo a lei Excesso de peso em adultos Gasto municipal em saúde em proporção ao gasto total em saúde Gravidez na adolescência Internação hospitalar por doenças crônicas Investimento em saúde preventiva Leitos hospitalares Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) Mortalidade materna Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade) Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) Mortalidade por Aids Mortalidade por dengue Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis Obesidade infantil Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva Orçamento municipal para a saúde per capita Pessoas infectadas com dengue População atendida por equipes de saúde da família Pré-natal insuficiente Prevalência de diabetes melito Unidades Básicas de Saúde Unidades de saúde básica que oferecem serviços de planejamento familiar
Criança e do adolescente	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas Adolescentes envolvidos em ato infracional Agressão a crianças e adolescentes Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual Negligência e abandono de crianças e adolescentes
	Cultura para a Sustentabilidade (6)	Acervo de livros infanto-juvenis

	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Adequação idade/ano no Ensino Fundamental Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade Demanda atendida de vagas na pré-escola Demanda atendida de vagas no ensino fundamental Demanda atendida de vagas no ensino médio Demanda atendida nas creches Educação em tempo integral nas creches Educação em tempo integral na pré-escola Educação em tempo integral no Ensino Fundamental - anos finais Educação em tempo integral no Ensino Fundamental - anos iniciais
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Crianças e adolescentes afastados de situação irregular de trabalho infantil
LGBT	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Crimes contra a liberdade sexual
Esporte e lazer	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Alunos com acesso à quadra esportiva (coberta e descoberta) Escolas públicas com Esporte educacional no turno obrigatório
	Ação Local para a Saúde (11)	Equipamentos esportivos
Mulher	Governança (1)	Mulheres em cargos gerencias no governo do município Mulheres no comando das secretarias do governo municipal Paridade de gênero nos Conselhos Municipais Presença de vereadoras na Câmara Municipal
	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Homicídios de mulheres Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham Notificações de estupro sofridos por mulheres Notificações de violência contra mulheres e meninas Políticas habitacionais municipais com critério de gênero Recursos alocados para promoção da igualdade de gênero Rendimento médio real por gênero
	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Razão entre as taxas de escolarização por gênero
Igualdade racial	Governança (1)	Negros em cargos gerencias no governo do município
	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Homicídios na população branca e negra Terras indígenas no município Títulos expedidos às comunidades quilombolas

	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Diversidade sociocultural no ensino municipal
Assistência social	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais Distribuição de renda Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal Orçamento para a redução da desigualdade Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo Políticas municipais destinadas a ampliar a igualdade socioeconômica População em situação de rua Quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza Renda municipal detida pelos 20% mais pobres Valor total repassado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
Idoso	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Agressão a idosos População idosa
Juventude	Governança (1)	Participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas
	Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Homicídio juvenil
	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional Ensino superior concluído Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham Desemprego de jovens
Pessoa com deficiência	Governança (1)	Pessoas com deficiência empregadas no governo do município
	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Alunos com deficiência na rede regular de ensino Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado
	Melhor Mobilidade, Menos Tráfego (10)	Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Desenvolvimento da cultura e do conhecimento** é composto pelas políticas de Educação pública; Ciência, tecnologia e inovação e Cultura e patrimônio.

Na análise feita a partir dos indicadores, a política de Educação pública contempla 18 indicadores, a política Ciência, tecnologia e inovação com apenas 1 indicador e a política Cultura e patrimônio contempla 5 indicadores.

Percebe-se que o eixo Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida é o que contém mais indicadores elencados, abordando temáticas como o analfabetismo, níveis educacionais (pré-escola e ensinos fundamental, médio e superior) e qualidade na educação, como mostra o Quadro 16:

Quadro 16 – Análise do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Educação pública	Cultura para a Sustentabilidade (6)	Acervo de livros para adultos Campanhas de educação cidadã Escolas da rede municipal que abrem aos finais de semana para a comunidade
	Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio Analfabetismo funcional da população Analfabetismo na população com 15 anos ou mais Escolas com conselhos ativos Escolas com temas transversais nos parâmetros curriculares Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais Professores com formação em nível superior Professores com licenciatura Professores da educação básica com formação em educação especial Prova Brasil - Língua portuguesa Prova Brasil – Matemática Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental Razão entre o número de alunos e professores no ensino médio
Ciência, tecnologia e inovação	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Orçamento municipal investido em ciência e tecnologia
Cultura e patrimônio	Cultura para a Sustentabilidade (6)	Ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial Centros culturais, casas e espaços de cultura Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico Recursos públicos municipais para cultura
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Promoção das atividades culturais e produção local

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais** é constituído pelas políticas de Meio ambiente e saneamento; Segurança hídrica e Energia. Na análise feita pelos indicadores, percebe-se que a política Meio ambiente e saneamento possui 16 indicadores, a política de Segurança hídrica contempla 7 indicadores e a política de Energia possui 11 indicadores.

Nota-se que o eixo Bens naturais comuns é o que contém mais indicadores elencados, refletindo pontos primordiais no cuidado com o meio ambiente, como florestamento e reflorestamento, recuperação do solo, proteção de mananciais e cuidados com recursos hídricos, conforme Quadro 17:

Quadro 17 – Análise do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Meio ambiente e saneamento	Bens Naturais Comuns (2)	Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos Florestamento e reflorestamento Gastos públicos destinados à regeneração de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade Queimadas e incêndios florestais Recuperação de solo degradado Reservas e Áreas protegidas Rios e córregos classificados com, pelo menos, "bom estado" segundo critérios oficiais Zona costeira em área de conservação e interesse científico
	Gestão Local para a Sustentabilidade (4)	Área verde na zona urbana Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Empresas locais com indicadores de sustentabilidade Intensidade de emissões do setor de infraestrutura Material reciclado em atividades industriais Tratamento de esgoto e resíduos da atividade econômica local
	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (9)	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
Segurança hídrica	Bens Naturais Comuns (2)	Participação do município no Comitê de Bacias Áreas de mananciais protegidas Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água Perda de água tratada Planos de médio e longo prazos para recursos hídricos
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Consumo de água na atividade econômica local

	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (9)	Consumo de água per capita
Energia	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Eficiência energética da economia local Emissões de gases de efeito estufa Empresas que realizam logística reversa de resíduos Fomento à eficiência energética local
	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (9)	Consumo de eletricidade per capita Economia por distribuição eficiente de energia
	Do Local para o Global (12)	Participação de fontes renováveis na matriz energética do município Políticas de estímulo ao consumo e geração de energias renováveis Impactos humanos e materiais dos eventos climáticos extremos Temperatura média mensal Total de emissões de CO2 equivalente per capita

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Dinamização econômica e inclusão produtiva** é composto pelas políticas de Desenvolvimento econômico, subdivida em: Confecções, Construção civil, Novas indústrias e serviços avançados, Economia do mar, Economia criativa, Tecnologia da informação e comunicação; Turismo e Agricultura urbana.

Em relação aos indicadores, a política de Desenvolvimento econômico não contempla nenhum indicador do Programa Cidades Sustentáveis.

A política de Turismo contempla 3 indicadores e a política de Agricultura urbana contempla 3 indicadores.

Percebe-se que o eixo Consumo responsável e opções de estilo de vida que contempla 1 indicador visa a redução e a educação sobre o consumo de bens (água, eletricidade, geração de resíduos) e a diminuição de resíduos per capita e o eixo Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável é o que contém mais indicadores elencados, refletindo a importância das atividades turísticas e de agricultura para a economia, como mostra o Quadro 18:

Quadro 18 – Análise do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Agricultura urbana	Economia Local Dinâmica, Criativa e	Participação da agricultura familiar nas culturas e na pecuária Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas

	Sustentável (8)	
	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (9)	Consumo municipal anual de agrotóxicos e afins por área plantada
Turismo	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo Empregos em atividades turísticas PIB do turismo

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

O eixo **Governança municipal** é composto pelas políticas de Participação e controle social e Desenvolvimento da gestão pública.

Ao analisar as políticas a partir dos indicadores do Programa Cidade Sustentáveis, percebe-se que a política de Participação e controle social contempla 6 indicadores e a política de Desenvolvimento da gestão pública contempla 9 indicadores.

Verifica-se que o eixo Planejamento e desenho urbano contempla 2 indicadores, visando o acompanhamento dos déficits habitacionais, além de contribuírem para o planejamento de ações que visem diminuir tais carências, preservar ou recuperar a biodiversidade, indicar a construção ou recuperação de edifícios sustentáveis com certificação e instalar calçadas que permitam a mobilidade urbana adequada e que atendam às exigências legais, conforme Quadro 19.

Quadro 19 – Análise do eixo Governança Municipal a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Política pública do Plano Fortaleza 2040	Eixo do PCS*	Indicadores do PCS
Participação e controle social	Governança (1)	Conselhos Municipais Espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade Orçamento executado decidido de forma participativa Políticas públicas regionalizadas Programa de Metas
	Planejamento e Desenho Urbano (5)	Planejamento integrado entre todas as secretarias
Desenvolvimento da gestão pública	Governança (1)	Conferências Municipais Mecanismos de Democracia Direta Ouvidoria Recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão Indivíduos que utilizaram o governo eletrônico Usuários de internet por tipos de serviço do governo eletrônico

	Gestão Local para a Sustentabilidade (4)	Políticas de cooperação no município
	Planejamento e Desenho Urbano (5)	Plano Diretor participativo
	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (8)	Modernização tecnológica e inovação na administração municipal

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

A partir das análises constata-se que dos 260 indicadores alusivos ao Programa Cidades Sustentáveis analisados, 230 se encaixaram em uma das 32 políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, onde apenas um indicador foi utilizado em duas políticas, conforme Quadro 20.

Quadro 20 – Síntese das relações entre os eixos do Plano Fortaleza 2040 e os eixos do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo*/Eixo**	Governança (1)	Bens naturais comuns (2)	Equidade, justiça social e cultura de paz (3)	Gestão local para a sustentabilidade (4)	Planejamento e desenho urbano (5)	Cultura para a sustentabilidade (6)	Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida (7)	Economia local dinâmica, criativa e sustentável (8)	Consumo responsável e opções de estilo de vida (9)	Melhor mobilidade, menos tráfego (10)	Ação local para a saúde (11)	Do local para o global (12)	TOTAL
Equidade territorial, social e econômica (1)	3	7	12	0	3	0	0	15	0	0	0	4	44
Cidade conectada, acessível e justa (2)	0	0	0	0	4	0	0	0	0	13	0	0	17
Vida comunitária, acolhimento e bem-estar (3)	7	0	29	0	0	1	21	3	0	1	29	0	91
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	0	0	0	0	0	7	15	2	0	0	0	0	24
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (5)	0	14	0	2	0	0	0	9	4	0	0	5	34
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	0	0	6

Governança municipal (7)	11	0	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	15
TOTAL = 231***	21	21	41	3	9	8	36	35	5	14	29	9	231

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 2

*** Acrescentou-se o indicador utilizado 2 vezes

Constata-se que todos os eixos que compõem o Programa Cidades Sustentáveis foram relacionados de uma forma heterogênea dentro do Plano Fortaleza 2040, como percebe-se no eixo Equidade, justiça social e cultura de paz com 41 indicadores alocados e no eixo Gestão local para a sustentabilidade com apenas 3 indicadores.

Apresenta-se a seguir as 7 políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 que não se relacionaram com nenhum indicador do Programa Cidades Sustentáveis, conforme Quadro 21.

Quadro 21 – Políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 não alocadas nos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo do Plano Fortaleza 2040*	Política pública
Equidade territorial, social e econômica (1)	Política de Regularização fundiária
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	Política de Desenvolvimento econômico - Confecções
	Política de Desenvolvimento econômico – Construção civil
	Política de Desenvolvimento econômico – Novas indústrias e serviços avançados
	Política de Desenvolvimento econômico – Economia do mar
	Política de Desenvolvimento econômico – Economia criativa
	Política de Desenvolvimento econômico – Tecnologia da informação e comunicação

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

De forma inversa, explana-se também os 30 indicadores que não foram alocados dentro do Plano Fortaleza 2040, conforme o Quadro 22.

Quadro 22 – Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis não alocados no Plano Fortaleza 2040

Eixo do PCS*	Indicadores do PCS não alocados
Governança (1)	Dados em formato aberto Funcionários públicos investigados por corrupção Funcionários públicos que sofreram ação administrativa Lei de Acesso à Informação regulamentada Órgãos de controle e combate à corrupção Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão Portal da Transparência Processos municipais por corrupção Sistemas de controle e combate à corrupção Sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação
Gestão Local para a Sustentabilidade (4)	Controladoria Geral do Município Compras Públicas Sustentáveis Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração Total de receitas arrecadadas Indicadores atualizados produzidos pela gestão
Local para o Global (12)	Centro municipal de monitoramento e alertas de desastres naturais Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado
Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (3)	Afetados por eventos climáticos extremos <i>Wi-Fi</i> livre público
Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (9)	Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico Coleta seletiva Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva Produção e consumo de orgânicos Plano de gestão integrada de resíduos sólidos Quantidade de resíduos per capita Reciclagem de resíduos sólidos Recuperação de materiais recicláveis Resíduos depositados em aterros sanitários Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem
Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (7)	Alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 2

Portanto, tais resultados demonstram que as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, ao serem avaliadas pelos indicadores que compõem o Programa Cidades Sustentáveis, são consideradas compatíveis a esses indicadores sustentáveis, visto que das 32 políticas que constituem o Plano Fortaleza 2040, apenas 7 não se adequaram com algum indicador, o que revela que 78% das políticas do plano correspondem ao Programa Cidades Sustentáveis; e dos 260 indicadores que formam o Programa Cidades Sustentáveis analisados, apenas 30 não foram alocados nas políticas, o que representa 89% do total.

4.2.1 Discussão das políticas públicas sobre os indicadores da sustentabilidade do PCS

As políticas públicas no Brasil passaram a interagir com as diversas esferas do poder público buscando melhorar a forma de promover o desenvolvimento sustentável das cidades e regiões do país, tendo em vista as suas especificidades, carências e peculiaridades (FRANCO, 2000; ABRAMOVAY, 2010).

Para orientar esse desenvolvimento, além das tendências e riscos associados a ele, utilizam-se os indicadores de sustentabilidade (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

No panorama do desenvolvimento urbano, uma maneira viável de se mensurar o nível de sustentabilidade é através da análise a partir de indicadores, o que representa um grande desafio para os gestores públicos (SIQUEIRA; LIMA, 2012; SOUZA *et al.*, 2014).

Os municípios serão considerados mais ou menos sustentáveis a partir da capacidade de manutenção da qualidade da saúde na área ambiental e de redução das desigualdades sociais, além do oferecimento de condições básicas de vida, baseando-se em uma política pública de visão desenvolvimentista sustentável (MCGRANAHAN; SATTERTHWAITTE, 2002; MILLER; SMALL, 2003; BOARETO, 2008).

Nessa perspectiva, foi utilizado para analisar as 32 políticas públicas do Plano Fortaleza 2040, o Programa Cidades Sustentáveis, que visa “a promoção, a partir das prefeituras, de sinergias entre os avanços científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento em nível local, tornando-o sustentável” (BRASIL, 2016, p. 6).

A análise foi feita entre os 260 indicadores que compõem o programa, divididos entre 12 eixos temáticos, de diferentes áreas da gestão pública, que auxiliam os gestores públicos a transformar as cidades de forma sustentável (BRASIL, 2017), e as 32 políticas públicas agrupadas nos 7 eixos que contém o Plano Fortaleza 2040, conforme a Figura 4:

Figura 4 – Relação entre o Plano Fortaleza 2040 e os eixos da sustentabilidade do PCS



Fonte: Elaborado pela autora

Nessa perspectiva, percebe-se que todos os 12 eixos que compõem o Programa Cidades Sustentáveis são relacionados no Plano Fortaleza 2040, mas nenhum eixo do Plano Fortaleza 2040 agrupa os 12 eixos ao mesmo tempo, sendo a relação feita de forma diversificada.

O eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar é o único que abrange o eixo Ação local para a saúde e com exceção do eixo Cidade conectada, acessível e justa, todos os demais eixos abrangem o eixo Economia local dinâmica, criativa e sustentável.

Verificou-se também que dos 260 indicadores utilizados, apenas 30 não se alocaram em nenhuma política pública do plano. Com isso, procurou-se encaixá-los em secretarias e órgãos da prefeitura.

Desses indicadores, alguns tratam da questão de transparência pública e foram alocados no Portal da Transparência. Os dados desse Portal são gerenciados pelas Secretarias Municipal de Finanças (SEFIN) e de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Outros indicadores que abrangem temas relativos à corrupção foram alocados na Procuradoria Geral do Município (PGM) e o indicador Controladoria Geral do Município foi encaixado na Controladoria e Ouvidoria Geral do Município (CGM). A partir desses indicadores, foi sugerida a política pública Transparência e combate à corrupção para o Plano Fortaleza 2040.

Indicadores que tratam de compras e licitações foram relacionados na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza (CLFOR). O indicador que trata do desempenho produzido na gestão foi relacionado na Secretaria Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e o indicador *Wi-Fi* livre público foi alocado na Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova), que a partir do programa Fortaleza Inteligente, disponibiliza para a população acesso à Internet gratuito em logradouros públicos de grande circulação. Todos esses indicadores foram sugeridos para a política pública Gestão de compras e recursos.

O indicador referente à violência no meio escolar foi relacionado na Secretaria Municipal da Educação (SME) e sugerida a política pública Educação inclusiva.

Indicadores relacionados a questões de desastres naturais e às pessoas afetadas por esses desastres foram alocados na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Sesec). O indicador que trata de mudanças climáticas e os referentes a resíduos foram alocados na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza (Seuma). Os indicadores referentes a coleta de lixo foram colocados na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP). O indicador de produção e consumo de orgânicos foi alocado na Secretaria Municipal da Saúde (SMS), por meio da Vigilância Sanitária (VISA), atuando na promoção da saúde da população, através do controle de serviços e produtos. Esses indicadores foram sugeridos para a política pública Gestão ambiental e de resíduos.

A partir disso, o Quadro 23 mostra os indicadores não alocados do Programa Cidades Sustentáveis, o órgão da prefeitura responsável por esses indicadores e a política pública sugerida para o Plano Fortaleza 2040.

Quadro 23 – Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis não alocados no Plano Fortaleza 2040 e a política pública sugerida

Indicadores do PCS	Órgão da prefeitura responsável	Política sugerida para o Plano Fortaleza 2040
Dados em formato aberto	SEFIN/SEPOG	Transparência e combate à corrupção
Lei de Acesso à Informação regulamentada		
Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão		
Portal da Transparência		
Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração		
Total de receitas arrecadadas		
Funcionários públicos investigados por corrupção	PGM	
Funcionários públicos que sofreram ação administrativa		
Órgãos de controle e combate à corrupção		
Processos municipais por corrupção		
Sistemas de controle e combate à corrupção		
Controladoria Geral do Município	CGM	
Compras Públicas Sustentáveis	CLFOR	Gestão de compras e recursos
Sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação		
Indicadores atualizados produzidos pela gestão	SEPOG	
Wi-Fi livre público	Citinova	
Alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar	SME	Educação inclusiva
Centro municipal de monitoramento e alertas de desastres naturais	SESEC	Gestão ambiental e de resíduos
Afetados por eventos climáticos extremos		
Plano Municipal de Mudanças Climáticas aprovado	SEUMA	
Plano de gestão integrada de resíduos sólidos		
Quantidade de resíduos per capita		
Reciclagem de resíduos sólidos		
Recuperação de materiais recicláveis		
Resíduos depositados em aterros sanitários		
Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem		
Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico		
Coleta seletiva		
Produção e consumo de orgânicos	SMS	

Fonte: Elaborado pela autora

O indicador de Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva foi o único que não foi alocado em nenhum órgão ou secretaria pois, apesar da prefeitura implantar ações para a coleta seletiva como os Ecopontos, que são locais adequados para o descarte gratuito de

pequenas proporções de resíduos, ainda não possui projetos específicos para inclusão desta categoria de trabalhadores.

Dessa maneira, constatou-se que os eixos do Programa Cidades Sustentáveis que se baseiam nas áreas social, ambiental e econômica são os que possuem mais indicadores alocados e, mesmo os indicadores que não foram alocados no Plano Fortaleza 2040, foram encaixados em algum setor no âmbito da prefeitura, com exceção de apenas um.

Essa avaliação detalhada permitiu considerar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 adequadas aos indicadores que compõem o Programa Cidades Sustentáveis, visto que das 32 políticas apenas 7 não se adequaram aos indicadores, significando 78% das políticas; e dos 260 indicadores analisados apenas 30 não foram alocados as políticas o que representa 89% dos indicadores.

4.3 Políticas públicas sobre o aspecto da sustentabilidade

Por meio dessa análise explora-se o terceiro objetivo específico da pesquisa, que é investigar a percepção das pessoas que colaboraram com a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040 sob o aspecto da sustentabilidade considerada por Sachs.

As entrevistas foram examinadas em cada um dos 7 eixos do Plano Fortaleza 2040, no intuito de avaliar a existência, a partir da percepção dos entrevistados, da relação entre as políticas públicas e as dimensões da sustentabilidade de Sachs.

Conforme detalhado a seguir, cada entrevista é analisada individualmente, sendo apresentados trechos das respostas espontâneas dos entrevistados que remetem à sustentabilidade.

No eixo **Equidade territorial, social e econômico**, percebe-se o interesse em desenvolver algo que inserisse a população mais carente na sociedade, o que levou à criação de uma das políticas que compõem o eixo, denominada de inclusão produtiva, empreendedorismo, renda e emprego, conforme relatos a seguir:

“o plano de **inclusão produtiva** foi pensado pra tentar trabalhar esse vazio que existia entre você pensar a política pra construção civil e você pensar a política pra um pequeno empreendedor que pode ser um pedreiro, né? Ele pode ser empregado da construção civil, mas ele também pode ser um pequeno empreendedor” (J. N.)

“plano de **inclusão produtiva** era um plano muito difícil [de] ser elaborado para 40 anos. Porque você depende muito da situação econômica do país. Se o país tá bem, naquele ano a gente consegue fazer com que o **empreendedorismo**, com que a **geração de emprego**, com tudo aquilo que foi pensado possa ser alcançado” (J. N.)

Em outro trecho, constata-se que o Plano Fortaleza 2040 é considerado um norte, um cenário hipotético para a cidade porque deve-se levar em consideração a grande influência que a tecnologia apresenta, conforme relatos adiante:

“Um norte para que possamos **melhorar a estrutura da cidade**” (J. N.)

“A gente sabe que com a **velocidade da tecnologia** hoje, impõe que a gente se atualize a cada dia. Então um plano que foi pensado em 2017 não pode ser estar perfeitamente adequada à realidade da sociedade pra 2040. Assim, vamos pensar numa situação absolutamente que pode acontecer, sem dúvida, mas assim, pensando completamente num cenário hipotético” (J. N.)

Identificou-se que ao relacionar esses trechos com a classificação de Sachs, a dimensão social se adequa ao trecho “inclusão produtiva” pois, aborda a homogeneidade

social e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; para a dimensão territorial, tem-se o trecho “melhorar a estrutura da cidade” que visa melhorar o ambiente urbano; e para a dimensão econômica os trechos “empreendedorismo” e “geração de emprego” remetem ao desenvolvimento econômico, porém o trecho “velocidade da tecnologia” não se refere a nenhuma das dimensões abordada pelo referido autor, como mostra o Quadro 24 a seguir:

Quadro 24 – Análise das entrevistas do eixo Equidade territorial, social e econômica a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Equidade territorial, social e econômica (1)	<p style="text-align: center;">“inclusão produtiva” “melhorar a estrutura da cidade” “empreendedorismo” “geração de emprego” “velocidade da tecnologia”</p>	<p style="text-align: center;">Social, territorial e econômica (1), (5) e (6)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Cidade conectada, acessível e justa**, o Plano Fortaleza 2040 é considerando um plano estratégico que leva ao conhecimento de diversas áreas, como a econômica e a ambiental, mostrando a complexidade na elaboração de um planejamento para cidade, como pode-se observar:

“interesse de desenvolver um plano estratégico com visão, digamos assim, ampla, abrangente e que chegasse ao **problema físico e espacial** através de uma visão urbanística” (F. N.)

“... compreender dos movimentos, qual é a **medida econômica** razoável, rentável, **sustentável** de efeitos, porque eles têm efeitos na atmosfera” (F. N.)

“Então a coisa hoje é bem mais complexa, mais trabalhosa. Você tem que entender bem de movimento, de natureza, de estrutura, de cultura e de economia, sem ser economista, sem ser ambientalista, sem ser, porque você é quem põe junto as coisas” (F. N.)

Em outro trecho, é mostrado como foi feito o planejamento urbanístico da cidade, dando ênfase ao cuidado com a natureza e levando em conta como se deu o desenvolvimento da cidade, de acordo com o relato:

“É que isso aqui é **natureza**, então se **preserva** e não só isso, eu tenho que compreender que essa cidade desse tamanhinho até ficar desse tamanho, como é que ela cresceu e o quê que fez ela vir para cá” (F. N.)

E em seguida, também é comentado que se deve utilizar algum parâmetro para medir esse crescimento e entender o porquê que uma população se fixa em um local específico, buscando descobrir se a mesma influencia a dinâmica da cidade, tornando-a menos violenta ou mais viável economicamente, para todos serem beneficiados, conforme segue:

“eu tenho que ter uma medida de intensidade desse crescimento para descobrir, por exemplo, que o povo está todo aqui, em Fortaleza, mas ele poderia estar só aqui (ele aponta para uma região de Fortaleza) a cidade seria mais barata, talvez menos violenta” (F. N.)

“numa escala mais ampla, o acesso quer dizer assim: eu, uma pessoa média e uma pessoa de mais baixa renda do que média, podemos ter **acessos iguais** às coisas na cidade” (F. N.)

Identifica-se que ao relacionar esses trechos com a classificação de Sachs, a dimensão social de adequa ao trecho “acessos iguais” pois, aborda a homogeneidade social e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; para a dimensão ecológica o trecho “natureza [...] preserva” remete à preservação do capital natural; para a dimensão territorial, tem-se o trecho “problema físico e espacial” que mostra o interesse em melhorar o ambiente urbano e para a dimensão econômica o trecho “medida econômica [...] sustentável” remete a um desenvolvimento econômico equilibrado, conforme o Quadro 25 a seguir:

Quadro 25 – Análise das entrevistas do eixo Cidade conectada, acessível e justa a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Cidade conectada, acessível e justa (2)	<p>“acessos iguais”</p> <p>“ natureza [...] preserva”</p> <p>“ problema físico e espacial”</p> <p>“medida econômica [...] sustentável”</p>	<p>Social, ecológica, territorial e econômica</p> <p>(1), (3), (5) e (6)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Vida comunitária, acolhimento e bem-estar**, identifica-se o cuidado em diminuir a desigualdade social na cidade, visto que o Plano Fortaleza 2040 é desenvolvido para tornar a cidade mais confortável, como constata-se a seguir:

“Só poucos têm acesso às coisas boas da cidade e o que a gente quer é que a **população** de uma maneira geral viva de uma maneira **mais confortável**” (M. B.)

Adiante é destacado que mesmo com a criação do Plano Fortaleza 2040, a cidade só irá melhorar se a população mudar alguns hábitos, como percebe a seguir:

“não adianta mudar a cidade de Fortaleza se eu não procuro estar **mudando a cultura local**” (M. B.)

Constata-se que ao relacionar esses trechos com a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, a dimensão social de adequa ao trecho “população [...] mais confortável” pois, aborda a homogeneidade social e a distribuição de renda justa; e para a dimensão cultural o trecho “mudando a cultura local” remete ao equilíbrio entre à tradição e à inovação, conforme o Quadro 26 a seguir:

Quadro 26 – Análise das entrevistas do eixo Vida comunitária, acolhimento e bem-estar a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Vida comunitária, acolhimento e bem-estar (3)	“população [...] mais confortável” “mudando a cultura local”	Social e cultural (1) e (2)

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Desenvolvimento da cultura e do conhecimento**, observa-se que o Plano Fortaleza 2040 foi desenvolvido porque a cidade de Fortaleza não tinha um planejamento ordenado, dessa forma, esse plano contribuirá para que as políticas públicas sejam menos difusas, como se observa a seguir:

“tentativa de deixar as políticas públicas num âmbito municipal menos difusa” (M. L.)

“que as ações não aconteçam, o leigo até entende, mas que elas não tenham sido nem planejadas, é mais difícil. Então o Fortaleza 2040, ele nos era colocado como essa provocação de tentar resolver ou minimizar essa problemática do planejamento no âmbito municipal” (M. L.)

Em outro trecho é mostrada a importância da abordagem da dimensão da cultura no plano, resgatando também a história da cidade, conforme relato:

“um eixo que vinha dar conta tanto dessa **dinâmica cultural**, como também da dimensão de **memória da cidade**” (M. L.)

Por fim, o plano é considerado um planejamento importante, com documentos disponíveis em plataforma digital, mas que não é acompanhado, sendo então sugerido algum aplicativo para que a população pudesse acompanhar a sua execução, como segue:

“Temos um planejamento, eu sei que ele está disponível, porque os documentos estão em **plataforma digital**, eu sei que envolveu muita gente, eu sei que ele é importante, mas quem está acompanhando?” (M. L.)

“Inclusive do ponto de vista tecnológico, né? Eu sei que abriu o Observatório, eu ainda não fui lá, mas sei que ele tá funcionando. Será se a gente não podia **acompanhar** o grau de execução das metas **por um aplicativo ou por um site na internet?**” (M. L.)

Nota-se que ao relacionar esses trechos com a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, a dimensão cultural de adequa aos trechos “dinâmica cultural” e “memória da cidade”, pois ambos remetem ao equilíbrio entre à tradição e à inovação, porém os trechos “plataforma digital” e “acompanhar [...] por aplicativo ou site na internet” não se referem a nenhuma das dimensões abordadas pelo referido autor, como mostra o Quadro 27 a seguir:

Quadro 27 – Análise das entrevistas do eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	<p>“dinâmica cultural” “memória da cidade” “plataforma digital” “acompanhar [...] por aplicativo ou site na internet”</p>	<p>Cultural (2)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais**, percebe-se uma atenção para a população, abordando temáticas sociais, econômicas e ambientais, conforme os trechos a seguir:

“um planejamento que quer uma Fortaleza diferente mesmo, voltada para as pessoas, né? Voltada para a **redução das desigualdades sociais e econômicas**, para a recuperação e o **resgate das questões ambientais**, né?” (M. H.)

Em outro trecho, é mostrada a importância da questão cultural, como o aprofundado conhecimento da cidade, além do plano tornar a cidade conhecida em âmbito internacional, como se observa a seguir:

“Ele é importante de várias formas, ele é importante para trazer a geração de **conhecimento que não se tinha sobre a cidade**, pra revelar algumas coisas que eram obscuras ou que culturalmente não se falava. Ele é estratégico porque **Fortaleza**, depois do Fortaleza 2040, foi colocada **num patamar internacional de interesse** dos bancos financiadores de grandes projetos, esse é um ponto crítico, porque uma cidade que não tem um planejamento ou que tem um pseudo planejamento, esses bancos internacionais, eles nem olham” (M. H.)

Comenta-se em outros trechos, a questão do planejamento ambiental da cidade que foi desenvolvido para o âmbito mundial, além de ter sido analisada a vegetação da cidade, que não possui produção de alimentos por meio de hortas comunitárias ou mesmo árvores frutíferas devido à limpeza urbana, desfavorecendo os moradores de rua, como se observa a seguir:

“foi pensado pra que Fortaleza extrapolasse os muros de si mesma e tivesse um **planejamento ambiental voltado para o globo terrestre**” (M. H.)

“Vegetação, existe todo um **mapeamento da perda vegetal** de Fortaleza desde 1986 até os dias atuais. A produção de alimentos propriamente dita, as hortas comunitárias ou essa questão de Fortaleza não poder ter árvores frutíferas, que é um absurdo, deveria ter. Então prepondera a questão da **limpeza urbana**, mas as frutas, elas podem ajudar até os moradores de rua” (M. H.)

Também trata da questão do saneamento da cidade que é um fator crítico, ocasionando diversos problemas como a poluição do solo e do lençol freático; além de problemas nas dunas devido as ocupações, conforme segue:

“uma coisa muito crítica foi o saneamento, né? Que Fortaleza tem uma cobertura de **esgotamento incipiente**, soube recentemente que está em torno de 60%, mas isso é disponibilidade de rede, não quer dizer que as pessoas estejam ligando na sua casa a rede de esgoto. Então a gente tem uma **poluição do solo** muito grande com nitrato, né? A gente tem uma **poluição do lençol freático**, dos aquíferos, nós temos problema da área de dunas, a gente tem o problema do Cocó, a gente tem a **ocupação na faixa de areia**, na faixa de praia, tudo isso foi abordado” (M. H.)

Por fim, é considerado como de maior importância a revitalização do Rio Maranguapinho, além de considerar o Plano Fortaleza 2040 forte potencial para a cidade nas áreas social, econômica e ambiental, como segue:

“ O mais interessante pra nós do meio ambiente é o do Maranguapinho, que prevê a **revitalização** de todo o **rio Maranguapinho**, torná-lo navegável e tudo” (M. H.)

“Então o Fortaleza 2040, em termos de expectativa, eu, particularmente, acho que ele tem potencial pra mudar o nosso contexto, certo? Nosso contexto social, econômico e ambiental” (M. H.)

Constata-se que ao relacionar esses trechos com a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, a dimensão social e econômica são utilizadas no trecho “redução das desigualdades sociais e econômicas” que se refere a homogeneidade social e ao desenvolvimento econômico equilibrado; a dimensão territorial de adequa aos trechos “conhecimento que não se tinha sobre a cidade”, “mapeamento da perda vegetal”, “planejamento ambiental voltado para o globo terrestre” e “ocupação na faixa de areia”, pois remetem a uma configuração urbana balanceada, melhoria do ambiente urbano e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras; a dimensão ecológica é relacionada aos trechos “resgate das questões ambientais”, “limpeza urbana” e “revitalização [do] Maranguapinho”, uma vez que visam a preservação do potencial do capital natural; para a dimensão ambiental tem-se os trechos “esgotamento incipiente”, “poluição do solo” e “poluição do lençol freático”, sugerindo o respeito e o realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; e por fim, a dimensão internacional percebida no trecho “Fortaleza [...] num patamar internacional de interesse”, devido a promoção da cooperação internacional, como mostra o Quadro 28 a seguir:

Quadro 28 – Análise das entrevistas do eixo Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (5)	“redução das desigualdades sociais e econômicas” “conhecimento que não se tinha sobre a cidade” “mapeamento da perda vegetal” “ planejamento ambiental voltado para o globo terrestre” “ocupação na faixa de areia” “resgate das questões ambientais” “limpeza urbana” “revitalização [do] Maranguapinho” “esgotamento incipiente” “poluição do solo” “poluição do lençol freático” “Fortaleza [...] num patamar internacional de interesse”	Social, ecológica, ambiental, territorial, econômica e internacional (1), (3), (4), (5), (6) e (8)

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Dinamização econômica e inclusão produtiva**, nota-se que o Plano Fortaleza 2040 é algo novo, inovador, diferentemente dos planos anteriores, contou com a participação da população, como se observa a seguir:

“O Plano Fortaleza 2040 é uma nova [...], diferentemente de outros planos, uma participação muito ativa, diferencialmente dos outros planos de desenvolvimento que eu participei” (E.F.)

“As metodologias propostas da **parte econômica**, que pra mim foram muito interessantes, assim, **inovadora** em relação aos planos anteriores” (E.F.)

Comenta-se em outros trechos a questão da aplicação do plano pela população, onde afirma-se que, caso ela participe efetivamente na cobrança pela concretização do plano, a cidade poderá melhorar no contexto social e econômico, levando em consideração o meio ambiente, conforme relato:

“Eu acho que a cidade, desde que ela consiga apoderar bem dessa ideia, né, todos os agentes envolvidos, não só a prefeitura, mas os empresários, a sociedade em si, que se possa tirar proveito da ideia, de uma nova ideia de urbanismo pra cidade, né? Tentando ser uma **cidade mais socialmente distribuída**, né? Com **crescimento econômico sustentável** e que, sobretudo, uma **preocupação com o meio ambiente**” (E.F.)

Também é citada a relevância de alguns setores da economia de modo a serem trabalhados levando em consideração a competitividade e assim impulsionar o desenvolvimento da economia local, baseando-se também em exemplos de outros locais, como segue:

“alguns **setores** deveriam ser melhor consolidados porque eles são mais competitivos e mais **ligados à cultura econômica local** e ao desenvolvimento local, que possibilitariam um melhor desenvolvimento” (E.F.)

“ao invés de buscar incentivar alguns setores que teriam pouca competitividade, buscou-se selecionar algumas políticas para alguns setores que por ventura se considerava mais competitivos, era essa a separação” (E.F.)

“a **economia do mar**, que foi uma proposta de um economista, vindo de uns **exemplos** que tinham lá em **Portugal**, exemplos que tinham em **Santa Catarina**, que Fortaleza poderia tirar proveito dessa nova economia, que não é só a pesca, mas sim tudo que envolve de negócios relacionados ao mar” (E.F.)

Por fim, são realizadas considerações sobre o Plano Fortaleza 2040 de uma forma geral, ocorrendo várias melhorias em áreas como o urbanismo e mobilidade, porém não tantas nas áreas social, saúde e educação, de acordo com a assertiva adiante:

“Embora [...] algumas melhorias, né, no urbanismo, na cultura, na melhoria da questão de mobilidade, mas eu acho que peca um pouco na questão social, saúde, educação, ainda tem muita coisa ainda a ser feita.” (E.F.)

Identifica-se que ao relacionar esses trechos com a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, a dimensão social é percebida no trecho “cidade mais socialmente distribuída” pois, aborda a homogeneidade social e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; a dimensão econômica refere-se a “ parte econômica [...] inovadora” e ao “crescimento econômico sustentável”, pois remetem a capacidade de modernização contínua e a um desenvolvimento econômico equilibrado; a dimensão ecológica no trecho “preocupação com o meio ambiente” remete a limitação do uso dos recursos não renováveis; a dimensão cultural de adequa ao trecho “setores [...] ligados à cultura econômica local”, pois remete ao equilíbrio entre à tradição e à inovação; e a dimensão internacional e territorial percebidas no trecho “economia do mar [...] exemplos [de] Portugal, [...] Santa Catarina”, pois demonstram a promoção da cooperação internacional e a superação das disparidades inter-regionais, como mostra o Quadro 29 a seguir:

Quadro 29 – Análise das entrevistas do eixo Dinamização econômica e inclusão produtiva a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	<p>“cidade mais socialmente distribuída” “ parte econômica [...] inovadora” “crescimento econômico sustentável” “preocupação com o meio ambiente” “setores [...] ligados à cultura econômica local ” “economia do mar [...] exemplos [de] Portugal, [...] Santa Catarina”</p>	<p>Social, cultural, ecológica, territorial, econômica e internacional (1), (2), (3), (5), (6) e (8)</p>

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

No eixo **Governança municipal**, o Plano Fortaleza 2040 é considerado um conjunto de ações emergenciais nas áreas de mobilidade e socioeconômica, percebendo-se que em todos os estudos feitos, o problema mais evidente da cidade é a desigualdade, conforme relato a seguir:

“o Plano Fortaleza 2040 na verdade ele junta um conjunto de **ações** emergenciais que vinham sendo feitas para a questão **da mobilidade**, [...] mas também adentrar na questão **da socioeconomia** da cidade” (C. B.)

“um dos grandes problemas da cidade é que todos os diagnósticos que nós fizemos, tanto de estudos, como com as consultas com a população é da **desigualdade** de Fortaleza” (C. B.)

Em outro trecho, nota-se que o Plano Fortaleza 2040 visa tornar a cidade menos desigual, mais acessível, acolhedora e justa, onde para isso também é necessária a contribuição da população, como pode ser visto no trecho a seguir:

“o resultado do plano é aquela cidade que a gente quer ter. O plano é voltado para onde se tenha uma cidade **menos desigual**, se tenha uma cidade **mais acessível**, se tenha uma cidade **mais acolhedora**, se tenha uma cidade **mais justa**, então, assim, para que isso aconteça são muitas as coisas que interferem nisso, que vão desde o serviço funcionar, até a população ter educação para garantir que a cidade seja dela” (C. B.)

Nota-se que ao relacionar esses trechos com a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, a dimensão social se adequa aos trechos “menos desigual”, “mais acessível”, “mais acolhedora” e “mais justa”, pois abordam a homogeneidade social e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e o trecho “ações [...] da mobilidade, [...] da socioeconomia” se adequa tanto a dimensão social, como a econômica, pois visa ações para o desenvolvimento econômico, como mostra o Quadro 30 a seguir:

Quadro 30 – Análise das entrevistas do eixo Governança municipal a partir das dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Governança municipal (7)	“ações [...] da mobilidade, [...] da socioeconomia” “menos desigual” “mais acessível” “mais acolhedora” “mais justa”	Social e econômica (1) e (6)

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

A partir das análises das entrevistas feitas com as pessoas que participaram de cada eixo do Plano Fortaleza 2040, evidenciando que em nenhuma parte da entrevista foi citado o termo Sustentabilidade ou algo que remetesse ao termo, observa-se nos trechos destacados que em todos os eixos existem alusões a classificação das dimensões da sustentabilidade de Sachs, com exceção da dimensão política nacional todas as demais foram relacionadas, como ilustra o Quadro 31.

Quadro 31 – Síntese do resultado das entrevistas dos eixos do Plano Fortaleza 2040 com as dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Dimensões da sustentabilidade de Sachs**
Equidade territorial, social e econômica (1)	Social, territorial e econômica (1), (5) e (6)
Cidade conectada, acessível e justa (2)	Social, ecológica, territorial e econômica (1), (3), (5) e (6)
Vida comunitária, acolhimento e bem-estar (3)	Social e cultural (1) e (2)
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	Cultural (2)
Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (5)	Social, ecológica, ambiental, territorial, econômica e internacional (1), (3), (4), (5), (6) e (8)
Dinamização econômica e inclusão produtiva (6)	Social, cultural, ecológica, territorial, econômica e internacional (1), (2), (3), (5), (6) e (8)
Governança municipal (7)	Social e econômica (1) e (6)

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

**Conforme classificação do Quadro 1

Porém, percebe-se que existem trechos das entrevistas dos eixos Equidade territorial, social e econômica e Desenvolvimento da cultura e do conhecimento que não se relacionaram aos conceitos descritos por Sachs, conforme Quadro 32.

Quadro 32 – Trechos das entrevistas não relacionadas as dimensões da sustentabilidade de Sachs

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade
Equidade territorial, social e econômica (1)	“velocidade da tecnologia”
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	“plataforma digital” “acompanhar [...] por aplicativo ou site na internet”

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

Dessa maneira, tais resultados demonstram que as entrevistas referentes aos 7 eixos que compõem o Plano Fortaleza 2040, ao serem analisadas pelas dimensões de sustentabilidade classificada por Sachs, possuem ações que são consideradas sustentáveis, uma vez que a maioria dos trechos destacados de cada entrevista remetem as dimensões apresentadas por Sachs.

4.3.1 Discussão das políticas públicas sobre o aspecto da sustentabilidade

As políticas públicas, auxiliam as ações governamentais para o enfrentamento dos problemas públicos, buscando conduzir as ações do governo e/ou analisar essas ações e, se necessário, propor alterações (LYNN, 1980; SOUZA, 2006).

Para Silva (2004), somente através da formulação de políticas públicas é que as cidades poderão atingir um nível de desenvolvimento sustentável capaz de possibilitar aos seus habitantes um convívio harmônico com o seu meio ambiente.

A sustentabilidade passou a embasar a elaboração de projetos e programas governamentais, no qual Elkington (2001, p. 20), a conceitua como um “princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações”.

Sachs (2009) aprimora esse conceito de Elkington (2001) ao estabelecer a sustentabilidade um conceito mais amplo e que deve levar em consideração a simultaneidade das seguintes dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Assim, o desenvolvimento urbano sustentável é um dos grandes desafios a ser enfrentado por algumas gestões locais, onde o crescimento populacional tem sido acompanhado de um desordenamento do espaço urbano (SIQUEIRA; LIMA, 2012; TEIXEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, a prefeitura de Fortaleza desenvolveu um plano denominado Plano Fortaleza 2040, que objetiva “a transformação de Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora”, que possibilite à população uma maior oferta de oportunidades geradas a partir de ações desenvolvidas de modo ordenado, através de uma rede de conexões entre os espaços públicos e privados, que permita uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e um crescimento econômico sustentável da cidade (FORTALEZA, 2016, p. 15).

Portanto foram analisadas as entrevistas feitas com pessoas que representavam cada um dos 7 eixos que compõem o Plano Fortaleza 2040, para perceber através delas, se o referido plano utilizava a sustentabilidade conforme a classificação de Sachs.

Então percebe-se a partir do Quadro 31 intitulado “Síntese do resultado das entrevistas dos eixos do Plano Fortaleza 2040 com as dimensões da sustentabilidade de Sachs” que todos os 7 eixos que integram o Plano Fortaleza 2040 apresentam relação com as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs.

Constata-se que apenas o eixo Desenvolvimento da cultura e do conhecimento se referiu a apenas uma dimensão, mas os demais focam diversas dimensões da sustentabilidade concomitantemente, percebendo-se que essas dimensões não podem ser trabalhadas isoladamente, como explica Fialho *et al.* (2008, p. 106), que “apesar de apresentarem similaridades nas áreas prioritárias identificadas, são interdependentes”.

Nessa perspectiva, a dimensão social foi a mais utilizada, no qual Werbach (2010), a conceitua como sendo ações que levam em consideração outras pessoas e Elkington (1999) explica que ela é constituída por pessoas e refere-se à abordagem do capital humano de uma empresa ou sociedade a partir de salários justos e do cumprimento da legislação trabalhista, observando o bem-estar dos funcionários.

Pawlowski (2008) abrange esses conceitos ao acrescentar costumes, tradições, cultura, espiritualidade, relações interpessoais e a relação entre o homem e a natureza; Sachs (2009) afirma que a dimensão social busca uma homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego visando qualidade de vida e isonomia no acesso aos recursos e serviços sociais.

Logo em seguida, aparece como a mais mencionada, a dimensão econômica que Werbach (2010) descreve como sendo composta por atividades lucrativas que satisfazem as necessidades de pessoas e empresas sem comprometer a geração futura; a dimensão ambiental vem posteriormente na qual Sachs (2009) denomina-a como uma forma de respeito na capacidade dos ecossistemas naturais de se auto depurar, ou seja, serem independentes em seu desenvolvimento.

A dimensão cultural é conceituada por Werbach (2010) como ações que protegem e valorizam a diversidade cultural e por Sachs (2009) como um equilíbrio entre respeito e tradição; capacidade de autonomia para elaborar um projeto nacional integrado e autoconfiança.

A dimensão ambiental que Sachs (2009) denomina como estima na autodepuração dos ecossistemas naturais, foi relacionada apenas no eixo Qualidade do meio ambiente e dos

recursos naturais, diferentemente da dimensão ecológica, que Sachs (2009) conceitua como o foco na preservação do potencial do capital natural para produção de recursos renováveis e a limitação no uso dos recursos não renováveis e já teve relação com mais eixos.

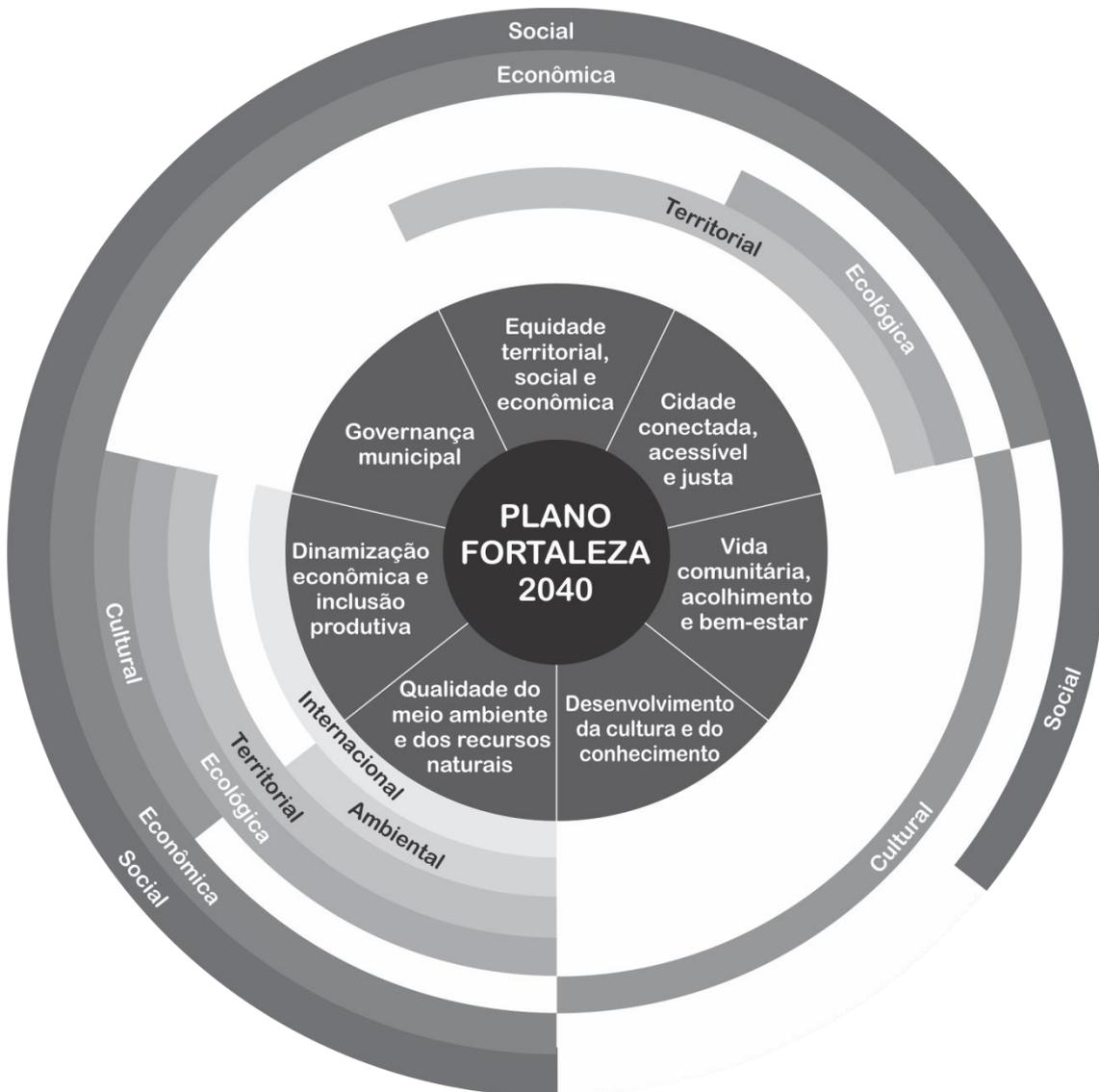
Cita-se também a dimensão territorial onde foram desenvolvidas políticas que auxiliam ao conhecimento e mapeamento da cidade, tentando descobrir as possíveis causas das desigualdades sociais da cidade, é utilizada apenas por Sachs (2009) que a define como sendo configurações urbanas e rurais balanceadas; melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; ademais de estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

A dimensão de política internacional possui uma significativa contribuição, pois, percebe-se a importância da cidade no patamar internacional, tornando-a uma fonte de investimentos, além do Plano Fortaleza 2040 utilizar ações que foram aplicadas em outros países, corroborando com a definição de Sachs (2009) da referida dimensão como sendo uma forma de cooperação internacional com controle institucional do sistema internacional financeiro; prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e cultural; além de uma gestão do patrimônio global, com cooperação científica e tecnológica.

Nenhuma das entrevistas analisadas se adequou a dimensão nacional, que Sachs (2009) a conceitua como uma democracia definida a partir dos direitos humanos e do desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar um projeto nacional, o que não torna essa dimensão menos importante frente às demais, pelo fato dela conter um enfoque voltado para a esfera nacional e não municipal.

Assim, a análise entre os trechos das entrevistas referentes aos 7 eixos do Plano Fortaleza 2040 e as dimensões da sustentabilidade de Sachs, pode ser observada na Figura 5:

Figura 5 – Relação entre as entrevistas e as dimensões da sustentabilidade de Sachs



Fonte: Elaborado pela autora

Verificou-se também nas análises das entrevistas que apenas 3 trechos não se alocaram em nenhuma dimensão proposta por Sachs, onde todos estes trechos se relacionam a área de tecnologia. Com isso, sugeriu-se a dimensão tecnológica para então encaixá-los, como mostra o Quadro 33.

Quadro 33 – Trechos das entrevistas não relacionadas as dimensões da sustentabilidade de Sachs e a dimensão sugerida

Eixo*	Trechos relacionados com a sustentabilidade	Dimensão sugerida
Equidade territorial, social e econômica (1)	“velocidade da tecnologia”	Tecnológica
Desenvolvimento da cultura e do conhecimento (4)	“plataforma digital” “acompanhar [...] por aplicativo ou site na internet”	

Fonte: Elaborado pela autora

*Conforme classificação do Quadro 3

A análise detalhada das entrevistas utilizando a sustentabilidade permitiu considerar o Plano Fortaleza 2040 adequado a classificação das dimensões sustentáveis desenvolvidas por Sachs (2009), como forma de mostrar a relação entre as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e de política internacional e os 7 eixos que contém o plano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse capítulo são apresentadas as principais conclusões da pesquisa, obtidas a partir da literatura existente e dos resultados das análises. Os objetivos apresentados são confrontados com os resultados alcançados. Também são apontadas as contribuições e as limitações do estudo e, por fim, as sugestões para pesquisas futuras.

5.1 Conclusões

A presente pesquisa avaliou as políticas públicas que compõem o Plano Fortaleza 2040 no âmbito da sustentabilidade, pois possui como objetivo geral “Avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis”. A opção por estudar esse plano ocorreu devido ao caráter inovador da prefeitura por desenvolver um planejamento estratégico para a cidade visando atender às principais necessidades da população.

Primeiramente foram abordadas as temáticas de políticas públicas, sustentabilidade, desenvolvimento urbano e desenvolvimento no município de Fortaleza.

Em seguida, foram apresentadas as dimensões da sustentabilidade e foram apresentadas as classificações desenvolvidas por Elkington (1999), Pawlowski (2008), Sachs (2009) e Werbach (2010) como forma de mostrar a vasta interpretação que a sustentabilidade possui, na qual Sachs a classifica nas dimensões social; econômica; cultural; ecológica; ambiental; territorial; política nacional e política internacional, sendo considerado o autor mais referendado para a temática sustentabilidade e, por essa razão, escolhido para a análise.

De forma semelhante, foi feita uma abordagem com os seguintes indicadores da sustentabilidade: Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Progresso Genuíno (IPG), Matriz Territorial de Sustentabilidade, Barômetro da Sustentabilidade, Pegada Ecológica e o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), no qual este último foi o escolhido por ter sido desenvolvido para os municípios brasileiros.

Percebe-se a vasta literatura sobre políticas públicas e sustentabilidade, porém, a interação entre ambas abordando o Plano Fortaleza 2040, não foi identificada em estudos que objetivam avaliar essas políticas públicas na esfera acadêmica, pelo que se confere um caráter inovador a esta pesquisa.

O primeiro objetivo específico estabelecido para a pesquisa foi “Classificar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 segundo as dimensões da sustentabilidade considerada por Sachs”, então foi analisado os objetivos de cada uma das 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 segundo os conceitos de sustentabilidade feita entre as 8 dimensões da sustentabilidade conceituadas por Sachs, inferindo-se que todas as políticas se relacionaram com uma ou mais dimensão, podendo considera-las adequadas a esses conceitos sustentáveis.

Desta forma, o primeiro objetivo da pesquisa foi alcançado e é indicativo que o plano possui ações, nos seus objetivos, que concordam com as dimensões propostas por Sachs.

Para o segundo objetivo específico dessa pesquisa, que é “Relacionar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis”, foi realizada uma análise na qual examinou-se as 32 políticas do Plano Fortaleza 2040 e sua relação com os 260 indicadores, classificados em 12 eixos, para compor o Programa Cidades Sustentáveis. Verificou-se que, dos 260 indicadores utilizados, apenas 30 não se alocaram em nenhuma política pública do plano. Esse resultado permitiu considerar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 adequadas aos indicadores que compõem o Programa Cidades Sustentáveis.

Portanto, o segundo objetivo da pesquisa foi alcançado, sinalizando que o plano possui uma similaridade alta com os indicadores do Programa Cidades Sustentáveis.

Para o terceiro objetivo específico estabelecido para a pesquisa, que é “Investigar a percepção das pessoas que colaboraram com a elaboração e o desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040 sobre o aspecto da sustentabilidade considerada por Sachs”, foram feitas 7 entrevistas para cada um dos eixos do plano e estas foram analisadas baseando-se ao tema central, que se refere à sustentabilidade e ao Plano Fortaleza 2040. Constatou-se que em todas as entrevistas existiram trechos que se relacionavam às diversas classificações das dimensões sustentáveis e foram relacionados às dimensões social, econômica, ambiental, cultural, territorial, ecológica e de política internacional.

Logo, o terceiro objetivo da pesquisa foi atingido ao verificar que o plano possui em todos os eixos, a partir da percepção das pessoas que elaboraram e desenvolveram, uma intenção de aplicar ações sustentáveis, segundo a classificação proposta por Sachs.

Assim, foram realizadas três avaliações utilizando diferentes parâmetros para cada uma, onde foram utilizadas as 32 políticas públicas que compõem o Plano Fortaleza 2040 para

visualizar se existia a utilização da sustentabilidade de diferentes formas, sendo confirmadas nessas três avaliações e, portanto, atendido o objetivo geral da pesquisa.

5.2 Contribuições do estudo

A pesquisa teve como objetivo avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis, tendo um caráter inovador devido a análise e avaliação realizadas, dada a abrangência e profundidade dos resultados obtidos.

Assim, o estudo traz algumas contribuições, como a revisão de literatura que contém as principais abordagens de dimensões e indicadores sustentáveis, além de apresentar o Plano Fortaleza 2040 com as suas políticas públicas.

Também apresenta três tipos de análises que até então não tinham sido feitas na literatura. A primeira análise foi feita entre as oito dimensões da sustentabilidade de Sachs e as 32 políticas públicas que compõem o plano, mostrando como resultado que todas as políticas se relacionam com todas as dimensões, sendo o Plano Fortaleza 2040 considerado adequado a essas dimensões.

Na segunda análise feita entre as políticas e os 260 indicadores que compõem o Programa Cidade Sustentáveis, percebeu-se que 230 indicadores se relacionaram com as políticas que compõem o plano; para as demais que não foram alocadas, foram sugestionadas as políticas de transparência e combate à corrupção; gestão de compras e recursos; educação inclusiva e gestão ambiental e de resíduos. Logo, o Plano Fortaleza 2040 foi considerado compatível com esses indicadores.

Na terceira análise, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram do Plano Fortaleza 2040 e feita uma relação entre essas entrevistas e as dimensões de sustentabilidade de Sachs. Os trechos foram relacionados a uma das oito dimensões de Sachs, percebendo que apenas a dimensão da política nacional não foi utilizada; para os trechos que não foram alocados em nenhuma das dimensões classificadas por Sachs, percebeu-se que todos se relacionam a área tecnológica e assim foi sugestionada a dimensão tecnológica. Dessa maneira, o Plano Fortaleza 2040 foi considerado adequado a essas dimensões da sustentabilidade de Sachs a partir dessas entrevistas.

Portanto, as três análises feitas com o Plano Fortaleza 2040 sobre o aspecto da sustentabilidade proporcionaram relevantes contribuições, ao mostrar a partir de diversos parâmetros que o plano possui características sustentáveis, o qual pode revelar novos rumos para a pesquisa nesta área.

5.3 Limitações do estudo

Os esforços despendidos não foram suficientes para alcançar algumas limitações que surgiram no decorrer da pesquisa.

A primeira limitação da pesquisa surgiu pelo fator tempo, pois as análises das dimensões e dos indicadores sustentáveis escolhidos demandaram de um tempo excessivo para serem concluídos.

E, a segunda limitação do estudo ocorreu na análise das entrevistas, pois essas visavam saber se a sustentabilidade havia sido utilizada no Plano Fortaleza 2040, porém o termo Sustentabilidade não foi utilizado de forma a não persuadir os entrevistados, tornando a análise um pouco escassa.

É importante notar que mesmo com essas limitações a pesquisa mostrou, de maneira geral, propensa a cooperar para a população sobre a sustentabilidade nas políticas públicas do Plano Fortaleza 2040.

5.4 Sugestões para pesquisas futuras

São apresentadas três sugestões para futuros estudos a partir das descobertas da pesquisa a seguir:

Primeiramente, as futuras pesquisas poderiam mapear a percepção da população fortalezense a respeito das ações consideradas sustentáveis do Plano Fortaleza 2040 mostradas nessa pesquisa.

Outra sugestão seria de um levantamento com as pessoas que trabalham atualmente no Plano Fortaleza 2040 como forma de avaliar a aplicação dessas políticas públicas e dos resultados já obtidos desde a sua implementação.

E por fim, essa pesquisa poderia ser replicada tanto em outras cidades do estado do Ceará, como também nas demais capitais e cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos estudos-CEBRAP**, n. 87, p. 97-113, 2010.

ACCIOLY, V. M. A metrópole e o impacto das políticas públicas na expansão urbana: Fortaleza entre 1980 e 2008. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, 2009. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009.

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, Campinas, n. 1, p. 79-90, 1999.

ALLEDI FILHO, C. **O tripé da sustentabilidade**. Apostila do Curso MBA Gestão de Negócios Sustentáveis. LATEC Business School, 2003.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARAÚJO, M. C. C.; CÂNDIDO, G. A. **Qualidade de vida e sustentabilidade urbana**. Natal: HOLOS, 2014.

ARAÚJO, U.; RIOS, A. V. V. Política nacional do meio ambiente. In: IRIGARAY, C. T. H.; RIOS, A. V. V. (Org.). **O direito e o desenvolvimento sustentável – curso de direito ambiental**. São Paulo: Peirópolis, 2005. p. 149-165.

BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.M.; DE LUIZ, N. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOARETO, R. A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 37, p. 73-92, 2008.

BRAGA, T. M.; FREITAS, A. G.; DUARTE, G. S. Índice de Sustentabilidade Urbana. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - AMPAS, 1, São Paulo, 2002. **Anais...** São Paulo: AMPAS, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. **Anexo guia gestão pública sustentável (GPS)**. 2017. Disponível em: < <http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/anexo-gps.pdf> > Acesso em: 2 out. 2017.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/> Acesso em: 29 jun. 2017.

- _____. **Guia gestão pública sustentável (GPS)**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/gest%C3%A3o-p%C3%ABlica-sustent%C3%A1vel.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2017.
- BRUSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez Editora, 1995. p. 29-37.
- BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. 2, 1998.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 211-225.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e quantitativo**. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DALY, H. E.; COBB, J. **For the common good: redirecting the economy towards community the environment, and a sustainable future**. Boston: Beacon Press, 1989.
- DEBALI, J. C. **Desenvolvimento Sustentável: Evolução e indicadores de Sustentabilidade**. 2009. 83 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- DUARTE, C. G. **Planejamento e sustentabilidade: uma proposta de procedimentos com base na avaliação de sustentabilidade e sua aplicação para o caso do etanol de cana-de-açúcar no Plano Decenal de Expansão de Energia**. 2013. 303 f. Doutorado (Tese em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2013.
- ELKINGTON, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. **Australian CPA**, v. 69, n. 10, p. 75-77, 1999.
- _____. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FERREIRA, L. C. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 7, p. 15-30, 2000.
- FIALHO, F. A. P.; MACEDO, M.; MONTIBELLER, G.; MITIDIARI, T. **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual books, 2008.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

FORTALEZA. **Fortaleza 2040**. Fortaleza: IPLANFLOR, 2016.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume Editora, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, M. H.; ANDRADE, D. C. Indicadores de sustentabilidade: considerações acerca do estado da arte por meio da análise de três indicadores. In: X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2013, Vitória. **Anais...** Vitória: X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2013.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: Godoi, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 307-323, 2009.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 23-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 3 mar. 2017.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2002**. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos Para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Indicadores-Ethos-20131.pdf>> Acesso em: 24 set. 2017.

ISENMANN, R.; BEY, C.; WELTER, M. Online reporting for sustainability issues. **Business Strategy and the Environment**, v. 16, n. 7, p. 487-501, 2007.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S. D. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

KATO, C. A. **Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vivido. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 72, n. 23, p. 23-52, 2002.

LAGO, A. A. C. **Stockholm, Rio, Johannesburg**: Brazil and the three united nations conferences on the environment. Brasília: Fundação Andrade de Gusmão, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LYNN, L. E. **Designing public policy**: A casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Indicadores de Sustentabilidade Urbana: Os Desafios do Processo de Mensuração e Formas de Análise. In: IX Encontro Nacional da ECOECO, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ECOECO, 2011.

MCGRANAHAN, G.; SATTERTHWAITTE, D. The environmental dimensions of sustainable development for cities. **Geography**, v. 87, n. 3, p. 213-226, 2002.

MERRIAM, S. B. Case study research in education. **A qualitative approach**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-79, 2008.

MILARÉ, É. Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil. In: AB´SABER, A. N.; MÜLLER-PLANTENBERG, C. (Org.). **Previsão de impactos**: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul, experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006. p. 51-83.

MILLER, R. B.; SMALL, C. Cities from space: potential applications of remote sensing in urban environmental research and policy. **Environmental Science & Policy**, v. 6, n. 2, p. 129-137, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P_.pdf> Acesso em: 23 mar. 2017.

MORETTO, C. F.; MORES, G. V.; ANTONI, V. L.; CAPACCHI, M. O Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva Local: a percepção do sentido da sustentabilidade pelos residentes do município de Passo Fundo. In: ENCONTRO ECONOMIA GAÚCHA, 4. ed., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS/FEE. 1 CD-ROM.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo - SC.** 2002. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MUELLER, C.C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente.** Brasília: UNB - Finatec, 2007.

MUMFORD, L. **A Cidade na História - suas origens, transformações e perspectivas.** Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martis Fontes Editora, 1998.

PALUDO, A. **Administração Pública.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PAWLOWSKI, A. How many dimensions does sustainable development have? **Sustainable Development**, San Francisco, v. 16. n. 2, p. 81 - 90, 2008.

PEREIRA, M. M. F. Regulação e políticas públicas ambientalmente sustentáveis. In: Cunha B.P.; Augustin S. (Org.). **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais.** Caxias do Sul: EDUCS, 2014. p. 127-138.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and environment.** Washington: Island Press, 2001.

RAMIRES, C. C. Licenciamento Ambiental: entrave ou referência de sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 10, n. 2, 2015.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. **As Metrôpoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da cidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2008.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROMERO, M.A.B.; GUIA, G.; ANDRADE, L.; PERSON, E.; SILVEIRA, A.L.C. Indicadores de sustentabilidade dos espaços públicos urbanos: aspectos metodológicos e atributos das estruturas urbanas. In: Seminário: **A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas.** Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RUA, M. G. **Políticas públicas.** Florianópolis: CAPES, 2009.

_____. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G.; VALADAO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o Conceito de Política. In: BOBBIO, N. **Curso de Introdução à Ciência Política.** Brasília: UnB, 1984. p. 31-39.

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L. Observatórios Sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 3, p. 298-326, 2010.

SCHWEIGERT, L. R. **Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade.** 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE (SEUMA). **Política Ambiental de Fortaleza.** Fortaleza, Ceará, 2014. Disponível em: <<http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=f4c1f890-589b-48e0-af74-d933c05db1df>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. **Manual Operativo (MOP) do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável (FCS).** Fortaleza, Ceará, 2017. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/manual_operativo.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SILVA, S. T. Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana. In: SÉRIE GRANDES EVENTOS - MEIO AMBIENTE, 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

SILVA, C. C. D. Sustentabilidade Corporativa. In: VI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA - SEGeT, 2009, Resende. **Anais...** Resende: 2009.

SIQUEIRA, G. D.P.; LIMA, J. P. Políticas Públicas de Mobilidade Urbana: Desafios e contribuições para o desenvolvimento sustentável. In: III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, 2012, Itajubá. **Anais...** Itajubá: 2012.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in política. **Rivista Italiana de Scienza Política.** v.14, n. 1, p. 41-85, 1984.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva.** São Paulo, v.18, n. 2, 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, L. C. L.; MATOS, I. M. A.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; NASCIMENTO, C. P. S. Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): Um estudo sobre o nível de sustentabilidade das capitais brasileiras. In: XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema), 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2014.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris, 2009.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão Socioambiental: Estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 553 – 574.

TRIVIÑOS, A. S. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VARELLA, M. D. **Direito internacional econômico ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

VEIGA, J. E. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.29, n.4 (116), p. 421-435, 2009.

_____. Indicadores de sustentabilidade. **Revista de Economia Política - Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-51, 2010.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. E. **Our ecological footprint: reducing human impact on the earth**. Gabriola Island, BC; Philadelphia, PA: New Society Publishers, 1998.

WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

1. Visão geral do estudo de caso

A. Título: Avaliação de políticas públicas: o caso do Plano Fortaleza 2040

B. Objetivo: Avaliar as políticas públicas do Plano Fortaleza 2040 a partir de dimensões e indicadores sustentáveis

2. Procedimentos de campo

A. Aspectos metodológicos: Estudo de caso único integrado

B. Organização estudada: IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza

C. Unidade de análise: Os 7 eixos que compõem o Plano Fortaleza 2040, que são:

- Equidade territorial, social e econômica
- Cidade conectada, acessível e justa
- Vida comunitária, acolhimento e bem-estar
- Desenvolvimento da cultura e do conhecimento
- Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais
- Dinamização econômica e inclusão produtiva
- Governança municipal

D. Fonte de evidências: Documentos sobre o Plano Fortaleza 2040 e entrevistas em profundidade

E. Principais documentos (instrumentos) de coletas de dados: Coleta bibliográfica, coleta documental e roteiro semiestruturado de entrevista

F. Executores da pesquisa: Pesquisadora: Mykelle Menezes Coutinho de Sousa;

Orientador: Prof. Dr. Áurio Lúcio Leocádio da Silva

3. Itens para a análise de documentos e roteiro de entrevistas

A. Dados da organização:

Nome: IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza

Natureza jurídica: Autarquia Municipal

Localização: Rua Vinte e Cinco de Março, 268

B. Dados dos entrevistados:

Iniciais:

Formação profissional:

Qual a forma de ingresso no Plano Fortaleza 2040:

Eixo que participou:

4. Guia para o relatório de estudo de caso

- A. Obtenção no *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza informações sobre o plano estratégico da cidade, conhecido como Fortaleza 2040;
- B. Levantamento bibliográfico para construir o referencial teórico da pesquisa;
- C. Coleta das principais características e objetivos de cada política pública que compõe o Plano Fortaleza 2040;
- D. Análise dos conceitos das dimensões de sustentabilidade de Sachs em relação aos objetivos de cada política pública do Plano Fortaleza 2040;
- E. Análise de cada indicador que compõe o Programa Cidade Sustentáveis (apontados pelo Guia Gestão Pública Sustentável do Programa Cidades Sustentáveis) com as características de cada política pública do Plano Fortaleza 2040;
- F. Realizações de entrevistas semiestruturadas e individuais com pessoas que participaram da elaboração e desenvolvimento das políticas públicas de cada eixo do Plano Fortaleza 2040.

APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

1º bloco: Apresentação da pesquisa e perfil do entrevistado

- Apresentação da pesquisa
- Apresentação do objetivo geral da pesquisa
- Perfil profissional do entrevistado
- Trajetória profissional até a atuação no Plano Fortaleza 2040

2º bloco: Plano Fortaleza 2040

- Percepção do que é o Plano Fortaleza 2040?
- Percepção da importância do Plano Fortaleza 2040 para a cidade de Fortaleza
- Como foi a participação do entrevistado no Plano Fortaleza 2040 na (o):
 - Planejamento inicial do plano/eixo
 - Elaboração do plano/eixo
 - Formação das equipes para os trabalhos do plano/eixo
 - Treinamento dessas equipes do plano/eixo

3º bloco: Eixo específico do Plano Fortaleza 2040

- Percepção do eixo o qual o entrevistado participou
- Quais as políticas públicas que compõem o eixo abordado
- Percepção de como essas políticas públicas foram divididas e desenvolvidas

4º bloco: Resultados

- Percepção das expectativas do Plano Fortaleza 2040 para a cidade
- Percepção das barreiras/dificuldades que foram encontradas para a execução do Plano Fortaleza 2040